



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**PATRÍCIA
ALMEIDA
CAETANO**

**AS DINÂMICAS DE PODER DO SISTEMA POLÍTICO
ARGELINO DURANTE A GOVERNAÇÃO DE
ABDELAZIZ BOUTEFLIKA (1999-2019)**



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**PATRÍCIA
ALMEIDA
CAETANO**

**AS DINÂMICAS DE PODER NO SISTEMA POLÍTICO
ARGELINO DURANTE A GOVERNAÇÃO DE
ABDELAZIZ BOUTEFLIKA (1999-2019)**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Jorge Tavares da Silva, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família, amigos e professores por todo o apoio incansável durante esta etapa.

O Júri

presidente

Prof^a. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
professor associado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Jorge Tavares da Silva
professor associado da Universidade de Aveiro

Prof^a. Doutora Maria do Céu Pinto Arena
professor associado da Universidade do Minho

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Doutor Jorge Tavares da Silva pelo apoio ao longo deste trabalho que permitiu a concretização duma investigação rigorosa com atenção a todos os detalhes. Sem o seu auxílio e os seus conselhos, a conclusão deste trabalho não seria possível.

Agradeço ainda ao Departamento de Ciência Sociais, Políticas e do Território e à Universidade de Aveiro por estarem sempre disponíveis em qualquer ocasião e permitirem terminar o meu percurso académico na sua casa.

Agradeço ainda aos meus pais, à minha irmã, família, amigos, e professores por todo o apoio incansável e motivacional ao longo desta etapa que não seria possível ser concluída sem o vosso apoio.

A todos os envolvidos nesta etapa, direta ou indiretamente que permitiram a conclusão deste trabalho, um muito obrigado.

Palavras-chave Argélia; Abdelaziz Bouteflika; Sistema Político; Ditadura Militar

Resumo

A complexidade do sistema político argelino rege-se através de dinâmicas de poder, nas quais existe um triângulo político entre elites, poder militar e poder civil. Face à expressividade militar e influência política, durante a governação de Abdelaziz Bouteflika assiste-se a uma tentativa de consolidação civil. Neste sentido, torna-se necessária uma abordagem mediante as dinâmicas de poder, tomando o caso argelino e a longa presidência histórica de Bouteflika como caso específico de análise.

Keywords

Algeria; Abdelaziz Bouteflika; Political System; Military Dictatorship

Abstract

The complexity of the Algerian political system happens because of the power dynamics in which exists a political triangle between elites, military power, and civil power. Due to the importance of the military field in the political system, during the Bouteflika Administration there's an attempt to consolidate the civil over the military. In this sense, it becomes imperative to establish an approach about the power dynamics, taking the Algerian case and the long historical governance of Bouteflika as a specific case study to analyze.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	2
1.1	OBJETIVOS	3
1.2	METODOLOGIA	6
1.3	LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO & CASO DE ESTUDO	11
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	12
2	DITADURA MILITAR E SOBREVIVÊNCIA DE REGIMES AUTORITÁRIOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	SISTEMA POLÍTICO ARGELINO	17
2.2	LE POUVOIR	21
2.3	TIPOLOGIA DOS REGIMES MILITARES	24
2.4	O CONTEXTO ARGELINO	29
3	ARGÉLIA: O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO	33
3.1	PAN-AFRICANISMO E MOVIMENTOS DE DESCOLONIZAÇÃO	35
3.2	PÓS-INDEPENDÊNCIA ARGELINA	37
3.3	ERA BOUTEFLIKA	39
3.4	O ISLAMISMO ARGELINO	43
4	AS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA POLÍTICO ARGELINO	47
4.1	OS GOVERNOS E A ORGANIZAÇÃO MILITAR	49
4.2	SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE MILITAR	51
4.3	O PROFISSIONALISMO MILITAR	53
4.4	OS GOVERNOS E O ISLAMISMO	55
5	ANÁLISE DE INDICADORES	58
6	CONCLUSÃO	64
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1 INTRODUÇÃO

Todos os sistemas políticos são consagrados pelas suas complexidades e dinâmicas de poder, nas quais o sistema político argelino se enquadra. Neste sistema, vários atores conseguem posicionar-se na política interferindo e influenciando de forma direta e/ou indireta os processos de decisão políticos, levando à emergência de uma dinâmica de poder. Desde a independência da Argélia, em 1962, que as estruturas militares têm um papel muito relevante nos destinos políticos argelinos, relevância ganha da guerra contra a ex-metrópole francesa. Ainda hoje, as decisões políticas estão fortemente enraizadas nas elites, que podem ser de caráter económico (Werenfels, 2013) ou de aproximação aos militares (Addi, 2001), quer seja de forma direta ou indireta. Isto significa que a atuação militar poderá ser mais visível na cena política, atuando diretamente e sendo perceptível tanto pelos argelinos como pela comunidade internacional ou menos visível na cena política, existindo deste modo todo um processo efetuado no *backstage* político que permite um controlo das decisões de uma forma mais discreta. O período de governação de Abdelaziz Bouteflika (1999-2019) foi marcado por oscilações entre o poder civil e o poder militar, visíveis aquando da implementação de medidas que permitissem o domínio e controlo civil de Bouteflika na política, tentando afastar o domínio militar (Zeraoui, 2012). Ao longo desta investigação procuramos verificar como funcionou esta fase de governação, quais as dinâmicas de poder existentes, os episódios de instabilidade e os mecanismos de articulação dos vários elementos na estrutura do poder. Na sua génese pretende-se analisar qual a configuração da estrutura do poder na Argélia durante a Era Bouteflika, ou seja, “Quais são as dinâmicas de poder vigentes no sistema político argelino durante a Era Bouteflika?”. Por outras palavras, como se articularam as várias forças competidoras pelo domínio político do país, entre elites tradicionais, estrutura militar e os grupos religiosos.

O caso argelino, no que concerne às dinâmicas de poder durante a governação de Bouteflika, reveste-se de importância devido: à continuidade histórico-temporal do governo de Abdelaziz, que perdurou durante 20 anos consecutivos; ao contributo para a literatura referente às ditaduras militares: sobrevivência de regimes autoritários e estratégias utilizadas para a sua sobrevivência, na medida em que, a Argélia é marcada pelo autoritarismo e a permanência do mesmo regime durante a governação de Bouteflika (Del Panta, 2014), estando ainda eminentemente ligada à ideia de um governo militar a

vários níveis de poder. Isto é, a ocupação de vários cargos políticos importantes como por exemplo o de Presidente, por militares (Luckham, 1994); ao preencher uma lacuna nos trabalhos existentes sobre a Argélia, visto que o maior enfoque de trabalhos se traduz pelas relações entre a ex-metrópole francesa e ex-colônia argelina ou até mesmo sobre o legado francês presente na Argélia.

Torna-se assim imperativo elaborar uma nova abordagem, que comporta as dinâmicas de poder e os agentes influentes no sistema político argelino, durante a presidência de Bouteflika. Estes agentes aparecem sob a denominação de *powerbrokers* centrais do regime, ou seja, elites económicas, políticas, militares (Wolf, 2019) e ainda, grupos islâmicos (Metz, 1993) capazes de influenciar o processos de tomada de decisão política. Ao mesmo tempo é necessário elaborar uma nota no que concerne à ala militar, na medida em que, a mesma é composta por agentes representativos com influência política. Esta influência pode ser visível através do domínio na composição governativa do regime através da presença altos oficiais militares das Forças Armadas (Tlemçani, 2008). Face à elevada influência e dependência militar na Argélia, é necessário explorar esta componente do regime; uma vez que de acordo com a literatura, a estrutura militar apresenta eminente expressividade no rumo dos destinos políticos do país.

Em suma, a presente investigação destina-se a explorar as dinâmicas de poder do sistema político argelino durante a governação de Bouteflika. Para tal, subsiste a elaboração de um maior enfoque na estrutura militar argelina devido ao seu peso no sistema político argelino, contudo sem nunca negligenciar outros atores influentes no jogo político.

1.1 Objetivos

Ao longo da investigação procura-se descobrir “Quais são as dinâmicas de poder vigentes no sistema político argelino durante a Era Bouteflika?”. Para tal efeito, serão definidos dois objetivos gerais, nos quais se apresenta a temática geral a abordar, e posteriormente a sua explicação por meio de um objetivo mais específico. Os objetivos, pretendem ainda auxiliar na operacionalização da questão de investigação de modo a descobrir quais são as dinâmicas de poder, ou seja, quem são os agentes que influenciam o sistema político argelino durante os 20 anos consecutivos da presidência de Abdelaziz Bouteflika.

- Objetivo 1: entender de que forma operam as ditaduras militares, e de que forma os regimes autoritários sobrevivem: no caso argelino, o poder encontra-se

administrado por um regime militar (Ghanem-Yazbeck, 2018) e autoritário (Del Panta, 2014). Neste sentido, torna-se essencial entender o modo de operação dos militares, e do líder autoritário que adota estratégias para garantir a sua própria sobrevivência no espaço político. Devido à preeminência militar, pretende-se ainda explorar as tipologias dos regimes militares com o objetivo de verificar em qual/quais categoria/as o regime argelino pertence ou se acaba por não pertencer a nenhuma.

- Objetivo 2: entender quais são as dinâmicas estruturais do sistema político argelino, identificando os atores que influenciam o jogo político: no caso argelino, existem vários atores que se encontram ligados ao sistema político, existindo por isso uma dinâmica de poder, que por norma recai num duo entre o poder legítimo do exército e o poder executivo do Presidente (Addi, 2001). No entanto, devido à presença de outros atores como as elites económicas, políticas (Wolf, 2019) e grupos islâmicos¹ (Metz, 1993); pretende-se explorar os atores que pertencem ao sistema político argelino, e que através da sua influência conseguem afetar os destinos do país.

A finalidade do estabelecimento de objetivos traduz-se pela necessidade de um guia na investigação. Este guia necessita de ser preciso, específico e detalhado de modo a fornecer etapas claras e concisas sobre o objeto de estudo e estudo de caso vigente. Sendo assim, os objetivos traçados exploram os pressupostos de uma temática genérica para serem aplicados ao caso argelino. Na sua génese, pretende-se elaborar uma análise do funcionamento do sistema político argelino recaindo sob as dinâmicas de poder e a estrutura militar visto que por vezes esta assume os destinos políticos do país; a título de exemplo a nomeação do cargo de Ministro da Defesa (Entelis & Arone, 1992) ou a escolha do candidato presidencial que mais convém aos militares (Szmolka, 2006).

A formulação de objetivos por oposição a hipóteses traduz-se pela elevada imperatividade do estabelecimento de um quadro metodológico o mais específico possível, através de etapas, permitindo não só o cumprimento dos objetivos traçados, mas também como uma potencial facilidade acrescida para o leitor desta investigação em seguir e compreender a mesma.

¹No caso de grupos islâmicos armados, os mesmos, não devem ser considerados como uma elite política relevante (Bustos, 2017).

A literatura aplicável ao caso de estudo argelino permite analisar o funcionamento do sistema político e as dinâmicas de poder vigentes, que se enquadram num período de 20 anos consecutivos, de 1999 a 2019. Ao longo da investigação, podem começar por surgir conceitos chave relacionados com o poder (militar e/ou político) e com os atores envolventes (sejam estes civis e/ou militares) tornando-se necessário a elaboração de uma definição:

- Civil: de acordo com Collin (2004) um ator civil é um cidadão comum sem afiliação às Forças Armadas;
- Ator político: de acordo com Collin (2004) um ator político é um indivíduo que se encontra envolvido na atividade política;
- Poder político: de acordo com Shokri (2017) poder político poderá ser definido como uma vontade (coletiva ou quase-coletiva) para produzir efeitos dentro de um território com justificativa autoritária face a responsabilidades morais, racionais e históricas;
- Poder militar: como Peter Paret sugere em *Military Power*, o poder militar traduz-se pela “expressão e implementação do poder de Estado de várias formas, dentro e fora das suas fronteiras, acabando ainda por ser um instrumento a partir do qual o poder político é originalmente criado e tornado permanente” como citado em (Tellis *et al.*, 2000).

O estabelecimento da definição conceptual traduz-se pela imperatividade de não gerar interpretações ambíguas, ao longo da investigação aquando do surgimento destes conceitos. Não obstante, permitem clarificar de uma forma simples e eficaz qual a função e atuação de cada entidade referida. A análise temporal é demarcada entre 1999 e 2019. A escolha desta baliza temporal traduz-se por vários fatores:

1. Contexto histórico-político: assiste-se a vários momentos de carácter histórico-político que marcaram a história argelina no período 1999-2019. Um desses momentos foi a condição frágil de saúde de Bouteflika em 2013 (Wolf, 2019) e consequente tentativa de uma reeleição para um quinto mandato presidencial (Belay, 2020);

2. Domínio de Bouteflika: o ex-presidente argelino manteve-se no poder durante 20 anos consecutivos, o que equivale a 4 mandatos e por sua vez equivale a um domínio temporal;
3. Lutas de poder: durante os 20 anos de governação de Bouteflika, ocorreram vários episódios nos quais é perceptível uma luta de poder entre o civil e o militar; como é exemplo a luta de poder entre o âmbito civil de Bouteflika e militar argelino, que levou a uma reformulação governamental, através da qual o Abdelaziz colocou membros do seu círculo interno em posições-chave políticas (Del Panta, 2014) ou quando este sublinha a importância e constitucionalidade do exército, e como tal se deveriam cingir-se a atuar de forma constitucional (Holm, 2005).

1.2 Metodologia

A presente investigação será operacionalizada através do método qualitativo, procurando a descrição dos fenómenos e as suas particularidades, através da análise em profundidade de um estudo de caso. A seleção do método qualitativo traduz-se pela necessidade inerente de uma análise intensiva e detalhada do funcionamento do sistema político argelino durante a governação de Bouteflika, de modo a descrever as dinâmicas de poder presentes no período temporal de 1999-2019. A longa duração histórico-temporal permite ainda explorar a vertente das ditaduras militares e regimes autoritários devido à expressividade militar na Argélia e persistência de um regime autoritário, que sobreviveu no tempo.

A escolha da utilização do método qualitativo visa a análise de múltiplas realidades, descrever o meio ambiente contextual, analisar dados, a partir do qual, se exploram grupos na sua totalidade ou indivíduos singulares de forma descritiva (Creswell & Creswell, 2018). Consoante o mesmo, pretende-se descobrir e analisar fenómenos através de ações do quotidiano, e geralmente de forma descritiva; de modo a preservar os dados e a sua forma de registo (Pinto, Campos, & Siqueira, 2018).

Utiliza-se ainda o método avaliativo, concretizado através dos objetivos da investigação, uma vez que se articulam elementos descritivos e interpretativos face aos fenómenos estudados, levando ainda a um raciocínio indutivo sobre os dados encontrados. Neste sentido, a partir do método indutivo, existe um processo de *“back and forth”* (Creswell & Creswell, 2018) mediante a temática abordada o que acaba por permitir que existe um elevado entendimento profundo face a temática abordada (Creswell & Creswell, 2018).

Quanto ao processo científico, este é concretizado através do emprego do estudo de caso. Com o estudo de caso pretende-se explorar uma vertente mais descritiva e interpretativa que assenta num fenómeno único, e com a finalidade de potenciar generalidades para outros fenómenos (Gerring, 2004). Através da implementação do raciocínio heurístico, pretende-se uma compreensão dos factos estudados. De acordo com a classificação apresentada no trabalho de Levy (2008), o caso de estudo presente nesta investigação é um caso de estudo atóricico devido à falta de um quadro metodológico explícito. Desta forma, o foco encontra-se numa análise descritiva e analítica.

De forma complementar à investigação qualitativa apoiada no estudo de caso, utilizam-se indicadores como uma fonte secundária de informação; devido à limitação de acesso à informação primária. Os indicadores escolhidos comportam 2 dimensões da política no que concerne à sua política interna e participação na vida política e dimensão da corrupção. A utilização destes indicadores, e conseqüente análise dos resultados dos mesmos pretende operacionalizar e responder à questão “Quais são as dinâmicas de poder vigentes no sistema político argelino durante a Era Bouteflika?”:

1. Dimensão política, *Freedom House*: quadrante dos Direitos Políticos (referentes ao Processo Eleitoral; e Pluralismo Político e Participação) e das Liberdades Civis (referente à Liberdade de Expressão e Crença; e Direitos de Associação e Organização). A combinação destes indicadores permite estabelecer um panorama geral sobre a componente política na Argélia, como é exemplo o enfoque nos processos eleitorais: através da utilização do indicador dos Direitos Políticos – Processo Eleitoral, pretende-se verificar se os *powerbrokers* centrais do regime (Wolf, 2019) exercem influência na dimensão política, nomeadamente, na questão eleitoral devido à ideia de que os militares influenciam a escolha de candidatos para cargos políticos, como o de Presidente (Mortimer, 2006b);
2. Dimensão da corrupção, *Corruption Perception Index*: através da utilização deste indicador pretende-se verificar e avaliar o grau de corrupção na Argélia, face a ideia de que um dos agentes mais influentes do sistema político, os militares, conseguem exercer influência junto da imprensa argelina de forma a comprar louvores sobre si mesmos provenientes de outras elites presentes no sistema político (Werenfels, 2007); sendo ainda que de acordo com Ghanem-Yazbeck (2018) a corrupção na Argélia atua como um elemento chave do sistema de

governança política, na medida em que, possui um estatuto de mediador em situações de resolução de conflitos, permitindo assim restaurar a ordem política.

As dinâmicas de poder do sistema político argelino, presentes durante a governação de Bouteflika, podem ser visíveis através da ideia de interferência nas várias dimensões do sistema político. A partir das mesmas, consegue-se identificar quem são os agentes que regem estas dinâmicas de poder, o seu modo e grau de atuação, que por sua vez operacionalizam o foco da investigação, ou seja, “Quais são as dinâmicas de poder vigentes no sistema político argelino durante a Era Bouteflika?”.

Os indicadores selecionados da *Freedom House* permitem o estabelecimento de um panorama geral da vida política argelina. Como tal foram selecionados 2 indicadores gerais, e cada um com 2 subindicadores: Direitos Políticos: Processo Eleitoral; e Pluralismo Político e Participação; e Liberdades Civas: Liberdade de Expressão e Crença; e Direitos de Associação e Organização.

Através do indicador dos Direitos Políticos, referente ao Processo Eleitoral pretende-se discutir a ideia de que os *powerbrokers* do regime exercem o seu domínio sob a influência e controlo de candidaturas presidenciais (Wolf, 2019), sendo ainda que desde a independência argelina todos os Presidentes eleitos possuíam uma ligação à tradição militar ou possuíam apoio militar na sua candidatura à presidência (Bouandel, 2004). Apesar desta influência, aquando de matérias referentes ao Pluralismo Político e Participação, o sistema político argelino concretiza a realização de eleições, acabando por transparecer um ideal de democratização assente no pluralismo político (Szmolka, 2006). Na prática, e no caso das eleições de 1999 (nas quais Bouteflika vence e assume o cargo de Presidente da Argélia), os candidatos da oposição, isto é, sem apoio militar desistem das eleições e apelidam as mesmas de fraudulentas (Mortimer, 2006). Através do indicador das Liberdades Civas, referente à Liberdade de Expressão e Crença pretende-se discutir a ideia de que os militares conseguem exercer influência sob a imprensa privada argelina (Werenfels, 2007) o que coloca em causa questões referentes aos Direitos de Associação e Organização, nos quais apesar da abertura do regime e do pluralismo político, as matérias relacionadas com a liberdade de expressão ou associação não são exercidas no seu todo (Jazouli, 2006).

A *Freedom House*² elabora um relatório anual intitulado de *Freedom in the World*, no qual se avaliam os Direitos Políticos e as Liberdades Civas de um conjunto de países e/ou territórios. O relatório *Freedom in the World* opera com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada em 1948 pela Organização das Nações Unidas), e na premissa de que todos os indivíduos são detentores dos direitos abrangidos na mesma declaração; independentemente da sua localização geográfica, composição étnica, religiosa e/ou económica. Sendo assim, este relatório assenta nos direitos reais que são usufruídos pelos indivíduos. A metodologia aplicada no *Freedom in the World* advém duma equipa constituída por agentes domésticos (que trabalham na *Freedom House*) e agentes externos, isto é, analistas e consultores especializados que atuam no mundo académico, e em comunidades focadas a tratar matérias referentes a direitos humanos. Os analistas que se encontram encarregues de elaborar um rascunho do relatório e da pontuação a ser atribuída, utilizam várias fontes tais como artigos académicos, relatórios de organizações não-governamentais ou ainda contactos profissionais sobre as temáticas abordadas e pesquisa de terreno. Os analistas atribuem uma pontuação ao país em questão, de acordo com os acontecimentos que ocorrem dentro do mesmo, no período temporal estabelecido. Após esta proposta, as pontuações são defendidas e discutidas em várias reuniões com membros da *Freedom House*, e um painel com consultores especializados sobre as temáticas a discutir. O relatório final assenta num consenso entre todos os atores envolvidos no processo, que se encontram encarregues de tomar as decisões finais. O processo de pontuação aplicado no relatório advém da utilização de *scores* e *status*: através dos *scores*, o país ou território em questão recebe uma pontuação de 0 a 4 por cada 10 Direitos Políticos, e 15 por cada Liberdades Civas que assumem o formato de perguntas. Um *score* de 0 representa o grau mais baixo de liberdade e um *score* de 4 representa o grau mais alto de liberdade. As questões referentes aos Direitos Políticos são ainda subdividas em 3 categorias, como é o caso do Processo Eleitoral (que comporta 3 questões) e do Pluralismo Político e Participação (que comporta 4 questões). As questões referentes às Liberdades Civas são também subdividas em 4 categorias, como é o caso da Liberdade de Expressão e Crença (que comporta 4 questões) e os Direitos de Associação e Organização (que comportam 3 questões). A pontuação mais elevada possível obter nos Direitos

²Informação sobre a *Freedom House*, *Freedom in the World* e a metodologia utilizada encontra disponível em: <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>. Fonte utilizada no dia 12-05-2021.

Políticos é 40 (ou seja, um *score* de 4 em cada uma das 10 perguntas) e a pontuação mais elevada possível obter nas Liberdades Cívicas é 60 (ou seja, um *score* de 4 em cada uma das 15 perguntas). Após a atribuição do *score* aos países, define-se o seu *status*: livre, parcialmente livre ou não livre. Em termos práticos, no caso de estudo argelino, referente ao ano de 1999-2000³ (ano no qual Bouteflika é eleito presidente) os Direitos Políticos receberam um *score* de 6 e as Liberdades Cívicas receberam um *score* de 5, concluindo assim durante esse ano a Argélia não foi um país livre.

O *Corruption Perception Index* ou *CPI*, é um organismo subsidiário do *Transparency International*⁴ com sede em Berlim, e cujo objetivo é cessar a corrupção através da promoção da transparência, *accountability* e integridade em todos os níveis que comportam os setores societários. A metodologia aplicada no *CPI* sofreu alterações⁵ ao longo dos anos sendo apenas possível elaborar comparações a partir de 2012, ano no qual foi redefinida uma nova metodologia baseada em 4 passos: o primeiro passo destina-se a uma seleção de fontes, o *CPI* procura as suas fontes junto de várias entidades⁶ cuja função é recolher as perceções de corrupção, sendo cada uma delas avaliada de acordo com 5 critérios (recolha de dados e metodologia de instituições acreditadas; os dados recolhidos abordam a corrupção no setor público; granularidade quantitativa; comparabilidade estatal entre os países; e um conjunto de dados de vários anos). No segundo passo, todos os dados recolhidos são convertidos para uma escala de 0 a 100, na qual 0 representa o nível mais elevado de corrupção e 100 o nível mais baixo de corrupção. No terceiro passo os dados, já convertidos, são agregados e redimensionados de modo a calcular um *score* mediano para o país em questão; sendo que o *score* para cada país só pode ser calculado se existir dados disponíveis de pelo menos 3 fontes. Por isso, no último passo, utiliza-se o método estatístico do erro padrão de modo a fornecer um certo nível de certeza sobre os resultados apresentados. Os resultados finais são expostos num mapa mundo e/ou tabela a partir da

³*Freedom in the World* 1999-2000 disponível na íntegra em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1999-2000 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201999-2000%20complete%20book.pdf). Fonte utilizada no dia 12-05-2021.

⁴Informação sobre a *Transparency International*, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/the-organisation>. Fonte utilizada no dia 12-05-2021.

⁵Informação sobre a atualização da metodologia aplicada ao *CPI*, disponível na íntegra em: https://www.transparency.org/files/content/pressrelease/2012_CPIUpdatedMethodology_EMBARGO_EN.pdf. Fonte utilizada no dia 12-05-2021.

⁶Estas entidades podem ser o Banco Mundial, o Fórum Económico Mundial, o Banco de Desenvolvimento Africano, a *Freedom House* entre outras, disponíveis na íntegra em: <https://www.investopedia.com/terms/c/corruption-perception-index.asp>. Fonte utilizada no dia 12-05-2021.

qual se mede o grau de corrupção presente, no período temporal selecionado, no país em questão. A interpretação dos valores deverá ainda ser efetuada da seguinte forma: valores entre 0 e 29 representam um Estado extremamente corrupto, valores entre 30 e 69 representam um grau de corrupção com tendência a diminuir consoante se aproximam do valor 100, e valores entre 70 e 100 representam Estados não corruptos, à medida que se aproximam do valor 100. Em termos práticos, no caso de estudo argelino, referente ao ano de 2004⁷ (ano de eleições, e no qual Bouteflika é reeleito para um segundo mandato), o *score* recebido é de 2.7, ocupando o lugar 97 no *ranking* de 146 países analisados sendo possível concluir que nesse ano a Argélia era um Estado extremamente corrupto.

Os indicadores da *Freedom House* e *CPI*, serão utilizados para avaliar as especificidades que cada um comporta, e exploradas anteriormente, referentes ao período temporal do estudo de caso, isto é, a governação de Bouteflika: *Freedom House*: 1999 a 2019; e *CPI*: 2012-2019, face à impossibilidade comparativa de anos anteriores a 2012.

1.3 Limitações da investigação & caso de estudo

Em termos de investigação, existem várias limitações teóricas que afetam o quadro metodológico. Destaca-se logo de início a dificuldade acrescida no acesso à informação e a qualidade da informação recolhida, devido à bibliografia desatualizada, nominalmente em certas temáticas como a burocracia argelina. Não obstante, de acordo com Werenfels (2007) a imprensa argelina era alvo de apoios financeiros, por parte das elites militares, com o objetivo das mesmas receber em troca receberem louvores e/ou elogios na imprensa argelina; que poderiam ser provenientes de outras elites ou não elites, demonstrando assim o desejo dum papel militar ativo na política argelina. Permanecem ainda relações clientelísticas e de patronagem utilizadas como uma tática política de modo a pagar pela lealdade de indivíduos muito próximos ao regime, comprometendo assim a concorrência e a oposição (Ghanem-Yazbeck, 2018). Estas situações acabam por levantar questões sobre a veracidade de notícias sobre a Argélia, existindo ainda um obstáculo linguístico devido à utilização do árabe nomeadamente em jornais nacionais argelinos. A nível internacional e literário, a Argélia é um país cuja literatura possui um elevado enfoque nas relações argelinas e francesas e/ou até mesmo sobre o legado francês. Desta forma, assiste-se a uma

⁷Informação sobre o CPI em 2004, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2004>. Fonte utilizada no dia 12-05-2021.

limitação na literatura e autores que comportam a Argélia, Bouteflika e dinâmicas de poder; na qual a investigação presente pretende colmatar.

1.4 Estrutura da dissertação

A presente investigação será estruturada em 6 secções: a segunda secção destina-se a uma discussão literária sobre as ditaduras militares e a sobrevivência de regimes autoritários. A partir desta revisão da literatura, pretende-se analisar o funcionamento do organismo informal *Le Pouvoir*, o sistema político argelino, a tipologia dos regimes militares e por fim, o contexto argelino (verificando em qual/quais categoria/as o regime argelino pertence ou se acaba por não pertencer a nenhuma). Na sua génese, pretende-se descobrir de que forma operam as ditaduras militares e os regimes autoritários, quais as estratégias de sobrevivência utilizadas e como se manifestam no caso de estudo argelino. A terceira secção destina-se a enquadrar o desenvolvimento da nação argelina, sendo deste modo explorado a pan-africanismo e os movimentos de descolonização, o pós-independência argelina, era Bouteflika, e por fim o islamismo argelino. Apresenta-se a Argélia no pós-independência com a finalidade de entender de que forma o sistema político opera no desenvolvimento de uma nação livre, identificando-se ainda a governação de Bouteflika, desde o momento em que este assume o cargo de Presidente até ao momento em que abandona a presidência, expondo os momentos marcantes. A quarta secção destina-se a explorar as dinâmicas estruturais do sistema político argelino. Para tal, analisa-se os governos e a organização militar, sociedade civil e sociedade militar, o profissionalismo militar e por fim, os governos e o islamismo. Em termos gerais, pretende-se entender quais os atores influentes no sistema político argelino pelo qual se regem as dinâmicas de poder. Face à expressividade militar na política argelina, torna-se necessário uma análise mais detalhada sob esta temática. A quinta secção destina-se a apresentar uma discussão teórica sobre as dinâmicas de poder do sistema político argelino, através da qual se apresentam, analisam e discutem os indicadores da *Freedom House*, e *Corruption Perception Index* consoante o explorado ao longo da investigação e as principais conclusões sobre o caso de estudo argelino, respondendo ainda à questão “Quais são as dinâmicas de poder vigentes no sistema político argelino durante a Era Bouteflika?”. A sexta secção destina-se a analisar os indicadores utilizados, com o apoio da literatura. E por fim, a sétima secção destina-se a apresentar as referências bibliográficas utilizadas.

2 DITADURA MILITAR E SOBREVIVÊNCIA DE REGIMES AUTORITÁRIOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Os pressupostos para a elaboração de um conceito de regimes políticos, assentam num conjunto de regras. Através dessas regras permite-se identificar quais os atores que têm acesso ao poder, quem é parte integrante do governo e por fim, as limitações e condições de exercício do poder (Kailitz, 2013). Os sistemas políticos e regimes políticos podem ser de diversas naturezas: absolutistas, anárquicos, aristocráticos, autocráticos, democráticos, ditatoriais, monárquicos, regimes militares, de república e totalitários (Heckeberg, 2011).

A democracia rege-se através de várias particularidades, sendo a mais significativa a realização de eleições livres, periódicas e justas através de um sufrágio universal. Em conformidade com a teoria clássica da política, os processos democráticos eleitorais exercem-se com a finalidade de atingir três objetivos: 1) obtenção de representação, 2) produção de governo e 3) garantia de legitimidade (Szmolka, 2006). Contudo, pode-se ainda argumentar que a democracia é um conceito que vai muito mais para além de momentos eleitorais, visto que é “uma prática e valor cultural de política estatal, baseada nos direitos humanos e Estado de direito” (Jazouli, 2006, p. 13); ou seja, democracia parte do pressuposto que a autoridade reside na população que habita o Estado em questão (Rukavishnikov & Pugh, 2006).

A definição mais fluída de regimes não democráticos traduz-se pelo exercício de poder por outros meios que não democráticos. Os regimes não democráticos apresentam uma vasta multiplicidade: regimes monárquicos, regimes militares, regimes de carácter comunista ou dominados pelo clero; passando ainda por uma tentativa de controlo totalitário que pode ocorrer através do pensamento, de uma doutrina e a utilização de eleições semi-competitivas com a finalidade dos atores reconhecerem o regime como uma democracia multipartidária (Brooker, 2014). Os regimes não democráticos, por norma, encontram-se associados a um determinado grau de repressão contra a oposição. Por sua vez, esta repressão é muitas vezes exercida por uma componente especializada do Estado, ou seja, a componente militar (Acemoglu, Ticchi, & Vindigni, 2010).

No campo da Ciência Política, persistem várias motivações para o estudo dos regimes não democráticos que se traduzem no ‘porquê’ e ‘como’ dos Estados modernos outrora terem sido governados por outros meios que não a democracia representativa (Brooker, 2014).

Ainda assim, o estudo referente à sobrevivência de regimes não democráticos tem vindo também a ganhar expressividade em estudos de Ciência Política. As tipologias concorrentes aos regimes não democráticos e a presença de instituições políticas tendem a influenciar a variação, duração e o comportamento dentro destes regimes (Wallace, 2013).

A conceptualização clássica dos conceitos de autocracia e autoritarismo apresentam-se de forma paralela. “É de notar que autocracia e tiranismo referem-se à natureza do governante enquanto que a definição clássica de autoritarismo concerne à natureza do regime implementado” (Perlmutter, 1980, p. 116) Autocracia distingue-se de tiranismo, na medida em que se descreve o modo de governação de um poder executivo absoluto, ou seja, exercido meramente por um único ator. Por este motivo, não existem previsões legais de limitação ou responsabilidade do poder exercido, uma vez que o governo é arbitrário e mantido através da força. Nas tiranias, também subsiste um governo arbitrário, no entanto a autoridade é concretizada através do medo. Podem-se ainda observar casos de tirania militar na África Subsariana (Perlmutter, 1980).

Todos os regimes autoritários passam por uma tentativa de controlar as notícias e informação política acessível ao público. Deste modo, tenta-se preencher os *media* com mensagens pró-governo constantes com a finalidade de sufocar críticas e análises independentes feitas ao regime. Através deste método torna-se possível moldar as atitudes políticas dos cidadãos, uma vez que estes governos raramente permitem a elaboração de estudos de pesquisa independentes e como conseguinte torna-se muito difícil entender o grau de sucesso aplicado na doutrina aos cidadãos (Geddes & Zaller, 1989).

Os regimes militares podem ser definidos como Estados nos quais os atores políticos são predominantemente provenientes da ala militar, como é o caso de oficiais militares. Sendo assim, as Forças Armadas conseguem desta forma exercer poder político, que poderá ocorrer de forma direta e indireta. É exemplo desta situação o controlo de líderes civis no *backstage* político (Hadenius & Teorell, 2006). Estes regimes emergiram no século XIX com elevado foco na América Latina, acabando por se disseminar durante o século XX até ao continente africano e asiático. Com a ascensão e normalização das ditaduras militares durante a década de 60, “os estudos referentes a golpes militares e contragolpes militares, reformas, repressões, juntas e civilizações” admitiram-se como uma área em crescimento de estudo no campo da Ciência Política (Brooker, 2014, p. 1), ao mesmo tempo que

decorrem dois problemas: 1) a consequente vaga de democratização ocorrida entre os anos 70 e 80 veio reduzir de forma gradual o número de regimes não democráticos e 2) consigo aumentou a diversidade de regimes, intensificando-se deste modo os problemas associados de categorização dos mesmos, para os cientistas políticos (Brooker, 2014).

Em regimes militares, o governo é composto por uma camada especializada das Forças Armadas. De modo a manter a ordem por oposição à interferência em assuntos políticos, os governos revestem os militares de armamento e treino militar com a finalidade de defender o governo contra inimigos internos e externos do Estado (Geddes, Frantz, & Wright, 2014). Persiste ainda, deste modo, uma dificuldade na definição de regime militar devido à existência de um espectro. Este varia desde um governo civil dependente dos militares até a uma ditadura militar, na qual todas as funções estatais são desempenhadas pela ala militar (Japhet, 1978). “Muitas das vezes, os governos militares tendem a progredir através de diferentes etapas em conformidade com o aumento do seu mandato” (Croissant & Kamerling, 2013, p. 108). Usualmente, face a matérias económicas e de políticas sociais, os militares detêm uma tendência que os torna menos extremos que os ditadores civis, em processos de tomada de decisão. Neste sentido, o que distingue os dois nesta fase é a implementação duma junta⁸, que permite aos militares um papel ativo e pró-ativo (Brooker, 2014). Ainda assim, as ditaduras militares, podem ser traduzidas como regimes nos quais os militares ou um conjunto de oficiais militares se encontram numa posição de controlo político direto (Acemoglu, Ticchi, & Vindigni, 2010).

A sobrevivência dos governantes, independentemente do tipo de regime, subiste na sua habilidade de conviver com as várias forças políticas e de criar ligações. A combinação destes dois elementos leva à permanência no poder (Gandhi & Przeworski, 2007). De acordo com Huntington (2000), o poder assume a capacidade de exercício de controlo sob outro agente, levando assim à existência de pelos menos duas dimensões de poder. Desta forma distingue-se o grau ou quantidade de poder exercido e os tipos de comportamentos influenciados por esse poder. Não obstante, os líderes autoritários acabam por recorrer a relações de patronagem e “acordos com inclusão política seletiva” (Lorch & Bunk, 2016, p. 6) de modo a fortalecer o regime, tornando-o mais resistente (Lorch & Bunk, 2016).

⁸A junta ou *council* é um órgão político estabelecido, após a tomada de poder, com a finalidade de representar os militares e controlar o Governo (Brooker, 2014).

Os autocratas enfrentam dois tipos de ameaças ao seu regime: 1) ameaças provenientes das elites governantes e 2) ameaças provenientes de indivíduos externos às elites, mas dentro da sociedade. De modo a contornar estas ameaças, os autocratas tendem a estabelecer instituições⁹ para neutralizar os seus inimigos (Gandhi & Przeworski, 2007). Para garantirem a sua sobrevivência, uma das estratégias utilizada pelos autocratas, passa pela diminuição da dependência militar. Esta estratégia pode ser concretizada através de um equilíbrio entre mecanismos coercivos e mecanismos persuasivos: os mecanismos coercivos apoiam-se no uso de forças paramilitares, guardas presidenciais ou até mesmo mercenários armados com a finalidade de contrabalançar o uso de força militar enquanto que os mecanismos persuasivos encontram o seu amparo no apoio civil, através da criação de um partido de massas. Para além dos partidos em massa diminuem o risco de golpe militar, os oficiais militares entendem a falta de obediência dos membros alistados para matar civis em massa (Croissant & Kamerling, 2013).

A militarização do continente africano não é um fenómeno novo. Desde os tempos coloniais, persiste uma história de conquistar militar, que ocorreu de diversas formas acabando por deixar marcas no solo africano. Estas histórias referem-se à conquista militar de África, à supressão militar de revoltas e lutas de libertação africanas contra as colónias e ainda guerras entre potências europeias que ocorreram no continente africano. (Turshen, 2004). Esta questão levou à criação de uma imagem positiva das hierarquias militares e organizações militares. Os militares são retratados como agentes nacionalistas, disciplinados, modernos e até mesmo como uma estrutura societal eficiente. O resultado deste retrato, levou a que os militares fossem considerados como o tipo de organização mais eficiente e capaz de combinar a modernização com a estabilidade e o controlo (Decalo, 1973). Após a independência militar, no início dos anos 80, ocorreram golpes de Estado e/ou conspirações militares em nove de dez estados africanos¹⁰ (Luckham, 1994).

As complexidades das relações entre o governo militar e o efetivo exercício de poder político podem ser encontradas na Argélia e na Nigéria. No caso argelino, os militares permaneceram em vários níveis de poder, sendo esses sob os Presidentes e outros cargos

⁹Estas instituições podem assumir um âmbito consultivo (assim como as juntas) ou de escritório político. Em caso de tentativa de controlo de ameaças, por exemplo de grupos enraizados dentro da sociedade que solicitam a cooperação de agentes externos, leva a que os autocratas usufruam de instituições demarcadas pela democracia (Gandhi & Przeworski, 2007).

¹⁰Na sua génese, mais de metade dos Governos destes Estados eram militares contudo nem sempre podemos aplicar o termo regimes militares (Luckham, 1994).

políticos importantes, para além disso o exército ficou encarregue de supervisionar os processos de sucessão política de modo a garantir uma estrutura política favorável à ala militar. No caso nigeriano, os militares governaram através de uma junta militar apesar de a finalidade ser regressar a um governo civil. Estes casos servem para demonstrar que nenhum dos Estados estabeleceu um regime militar uma vez que os militares institucionalizaram o seu próprio papel no processo político, cujo papel não irá cessar se o poder não for transferido para os civis (Luckham, 1994).

A permanência e habilidade de Bouteflika se manter no poder e manter a Argélia sob um Estado de regime autoritário resiliente deve-se essencialmente a quatro fatores. “Primeiro: a ausência de divisões nas coligações dominantes políticas; segundo: o estatuto de um Estado argelino rentista; terceiro: desconfiança entre as forças de oposição e quarto: uso moderado e inteligente da força, pelo regime” (Del Panta, 2014, p. 20). Devido ao papel histórico do corpo militar, o enfraquecimento das organizações da sociedade civil e oposição política combinados com a falta da força de trabalho empregada diretamente em atividades produtivas e a relevância política de uma burguesia poderosa e empreendedora, as possibilidades de uma transição democrática encontram-se ainda muito limitadas (Del Panta, 2014).

2.1 Sistema político argelino

Em conformidade com Liverani (2008) o Estado argelino é caracterizado pela sua instabilidade, tratando-se de um “Estado fraco” (Liverani, 2008, p. 2). O governo argelino, assenta ainda o seu pilar governamental nos mesmos grupos e intervenientes que outrora se revelaram agentes importantes na luta pela independência. Face a este domínio, levantam-se questões democráticas, e sobre o seu retorno à Argélia devido à tendência de encarar a democracia como a única solução em momentos de crise. No entanto, muitas das vezes, esta ideia acaba por ser oculta levando assim à emergência de uma discussão sobre a democratização do sistema político argelino. Desta forma, abriu-se caminho para novas práticas experimentais eleitorais (Armstrong *et al.*, 2011), ao mesmo tempo que uma reforma do sistema político argelino e conseqüente vida política teria de se apoiar em “atores e alternativas viáveis” (Northey, 2016, p. 7).

O sistema político argelino é caracterizado como um regime semipresidencial¹¹, cujas eleições se manifestam diretamente para a eleição do Presidente da República e indiretamente para a Assembleia Nacional do Povo (Szmolka, 2006); sendo o Presidente eleito para um mandato de 5 anos, à luz do Artigo 74 da Constituição argelina¹² (Bouandel, 2009). No entanto, persiste uma separação entre o que são os poderes formais do Presidente e o que são os poderes reais exercidos por altos oficiais militares. Estes podem ser concretizados de forma mais ou menos visível e em diferentes etapas políticas, reforçando a ideia de que o sistema político e o processo eleitoral argelino não se encontram de acordo com os pressupostos democráticos. Sendo assim, o “governo de sombras” (Szmolka, 2006, p. 40) constituído pela ala militar simboliza que a gestão do Estado não se encontra diretamente conectada à realização de eleições¹³, estando assim isenta de responsabilidade política (Szmolka, 2006). Esta situação militar acaba por ser um dos maiores motivos de complexidade em entender o funcionamento de sistemas políticos africanos. Ou seja: devido ao exercício militar e policial face a uma responsabilidade civil, a mesma torna-se também de âmbito civil e não apenas de âmbito de um governo militar (Goldsworthy, 1981). O sistema político caracteriza-se também pela ideia de realização de eleições na Argélia, transparecendo deste modo, a ideia de democracia e pluralismo político para a sociedade doméstica e internacional (Szmolka, 2006). Os movimentos islâmicos regem-se também sob determinadas condições tais como a tipologia de sistema político presente, uma vez que, diferentes dinâmicas levam a diferentes resultados gerando por exemplo estabilidade ou instabilidade (Sour, 2016).

Podemos ainda recorrer ao termo de autocracias liberalizadas, explorado por Daniel Brumberg em *“Liberalisation versus Democracy: understaing Arab political reform”* como citado em (Liverani, 2008); através do qual podemos inserir o caso argelino devido à permanência de instituições interdependentes que auxiliadas a fatores de carácter económico, social ou até mesmo ideológico abrem caminho para uma repressão, controlo e abertura parcial do regime de forma adaptável. Sendo assim, para Brumberg, as autocracias

¹¹Como Robert Elgie sugere em *The Politics of semi-presidentialism*, um regime semipresidencialista rege-se através duma “Constituição, na qual, o Presidente, o Primeiro-Ministro e o Parlamento são eleitos de forma direta para um mandato fixo”; sendo por isso sua obrigação respeitar a parte legislativa do Estado como citado em (Pinto & Rapaz, 2018).

¹²Este artigo, mais tarde, foi alvo de emenda de modo a permitir a recandidatura de Bouteflika para um terceiro mandato presidencial em 2009 (Bouandel, 2009).

¹³O propósito da realização de eleições traduz-se pela produção de governo, ou seja, produção de elites cuja finalidade é assumir a gestão da política (Szmolka, 2006).

liberalizadas possuem “uma certa forma de democracia virtual, face a uma medida de abertura política na sociedade civil, imprensa e sistema eleitoral” (Liverani, 2008, pp. 6-7) que se encontram ligadas a um controlo estatal no âmbito da segurança, dos media e ainda nas relações de patronagem (Liverani, 2008). A par do que acontece em outros Estados africanos, como o Egipto, a sociedade civil “tem permanecido relativamente vívida e como parte integrante do debate societal, existindo deste modo menor repressão e menores restrições na sociedade civil” (Armstrong *et al.*, 2011, p. 172).

Os momentos de eleições na Argélia seguem o estipulado, isto é, eleições periódicas com base no multipartidarismo¹⁴. É de notar que a ocorrência desta situação não indica necessariamente o “estabelecimento de um regime democrático” (Sadiki, 2020, p. 229). Aquando da candidatura para as eleições presidenciais, os candidatos devem reunir certas condições: “deverão pelo menos ter 40 anos, nacionalidade exclusivamente argelina, serem muçulmanos, deter de forma plena os direitos civis e políticos e por fim elaborar uma declaração pública sobre o seu património” (Szmolka, 2006, p. 45). Durante o processo eleitoral, existem ainda mecanismos similares aos momentos de eleições das democracias liberais cujos mecanismos assentam na inclusividade, pluralidade, competitividade e abertura política. A inclusividade rege-se pela realização de eleições através dum sufrágio universal, no qual, se definem as condições de quem vota tal como “idade, residência e sanidade” (Sadiki, 2020, p. 229). A pluralidade assenta na participação de candidatos sem afiliação partidária ou partidos da oposição (Sadiki, 2020), cujos candidatos deverão apresentar um documento no qual discriminam o número de apoiantes que devem estar de acordo com o Artigo 159 do Código Eleitoral Argelino (Szmolka, 2006). À luz do Artigo 159 do Código Eleitoral da Argélia de 2007, o documento a entregar com as assinaturas eleitorais deverá possuir “600 assinaturas de membros eleitos nas assembleias municipais e distribuído por pelo menos 25 províncias; ou então 75 000 assinaturas dos eleitores registados na lista eleitoral, que devem também estar distribuídas por 25 províncias. Neste caso, deverão ser recolhidas no mínimo 1 500 assinatura por cada província. Por fim, as assinaturas são validadas e legalizadas” em instituições estatais públicas (Republique Algerienne Democratique et Populaire, 2007, p. 31). O sistema eleitoral de votação argelino, rege-se ainda por duas etapas, ou seja, duas voltas eleitorais com a condição de

¹⁴É de notar que o sistema político argelino assentou no uni partidarismo até 1989, ano no qual se explora o multipartidarismo (Hamadouche & Zoubir, 2009), durante várias décadas a Frente de Libertação Nacional (FLN) era o único partido político argelino (Muedini, 2009).

dois candidatos avançarem para a segunda volta eleitoral, no caso de nenhum deles obter maioria na primeira volta eleitoral (Joffé, 2020). Em caso de ameaça ao candidato presidencial, tendencialmente apoiado pela ala militar, os critérios necessários para poder concorrer ao cargo de Presidente poderão ser utilizados para descredibilizar e remover candidatos da oposição, sendo esta situação visível na eleição de 1999 (Szmolka, 2006) – questão explicada em mais detalhe no capítulo [3.3 Era Bouteflika](#). A competitividade traduz-se pela permissão de representação eleitoral de partidos da oposição e por fim, a abertura política rege-se também pela permissão da participação de partidos da oposição, e recusa de repressão, em processos eleitorais ainda que de forma muito superficial (Sadiki, 2020).

Os principais líderes militares e civis refletem tendências duras num regime que se rege por um Presidente considerado fraco, devido à sua condição médica frágil e ainda casos de corrupção vinculados não só a Bouteflika, mas também à sua equipa. Em conformidade com investigações sobre a corrupção na campanha eleitoral (teoricamente apelidada de não corrupta), realizada em 2010, esta não se distanciou das dinâmicas de poder presentes no jogo político argelino. Ou seja, esta investigação fora realizada pela polícia política em vez de um órgão judiciário independente e não tendencioso para Bouteflika e a sua equipa (Hachemaoui, 2011). Apesar desta situação, assiste-se a uma nova estruturação do poder, que outrora se encontrava demarcada por uma dinâmica de poder entre militares, o Presidente e o Parlamento; e na qual o Presidente Bouteflika foi bem-sucedido ao promover “iniciativas de reconciliação nacional” (Liverani, 2008, pp. 164-165) que permitiram uma maior abertura e transformação das lutas de poder entre instituição militar e instituição presidencial (Liverani, 2008). No entanto, acaba por não existir um consenso na literatura visto que para King (2021), o regime argelino encontra-se marcado pelo autoritarismo e militarismo enraizados durante a era Bouteflika, levando à emergência do movimento “*The Hirak*”¹⁵. A urgência da promoção da democracia na Argélia levou ainda a uma unificação territorial, ultrapassando questões “culturais, éticas, linguísticas, ideológicas, de classes e raciais” (King, 2021, p. 2) visto que o objetivo final seria cessar as elites governantes e concretizar uma transição para um novo presidente (King, 2021). Perante esta situação, o exército necessita de operar de duas formas: 1) de forma interna,

¹⁵O movimento “*The Hirak*” refere-se aos protestos populares argelinos, ocorridos em 2019, contra a recandidatura de um quinto mandato presidencial de Bouteflika (King, 2021).

de modo a reestruturar o poder à sua vontade, não deixando margem de manobra para os membros próximos de Bouteflika que ainda permaneciam no poder e 2) tentar neutralizar o antigo “Departamento de Inteligência e Segurança” (Thieux, 2020, p. 212) de assumir algum tipo de expressão que os colocasse de novo no centro do regime e do poder. O exército aproveitou ainda esta oportunidade para reafirmar-se como o guardião do Estado e por isso, como a “solução institucional para a continuidade do Estado” (Thieux, 2020, p. 212).

Para garantir uma transição na Argélia, as regras do jogo político foram reestruturadas com enfoque nas matérias eleitorais. Estas alterações pecaram devido à falta de opinião da oposição e da restante sociedade civil (Sadiki, 2020). O período pós-Bouteflika é preparado para uma renovação de gerações quer da elite governante quer da reconfiguração do sistema, apenas na sua superfície, sem delimitação dos seus fundamentos (Hachemaoui, 2011).

2.2 *Le Pouvoir*

O conceito de *Le Pouvoir*, pode ser traduzido como “o poder” (Amasha & Yaylaci, 2020, p. 3), ou interpretado através do conceito de “classe estatal” como explorado por Hartmut Elsenhans em *State, Class and Development*, como citado em (Ouaisa, Pannewick, & Strohmaier, 2021, p. 53). *Le Pouvoir*, é um organismo informal composto por vários atores: militares, membros de cooptação política, generais reformados e empresários (Arshad, 2017), serviços de inteligência argelina (Belay, 2020), podendo ainda assentar em “afiliações de elites civis” (Amasha & Yaylaci, 2020, p. 3); cuja atuação manifesta-se no *backstage* político (Amasha & Yaylaci, 2020). Contudo, para Werenfels (2007) a definição de *Le Pouvoir* poderá ser entendida de forma mais ampla assentado no Estado como um todo, nas suas instituições e por fim, nos seus indivíduos.

De acordo com Ouaisa *et al* (2021), as classes estatais encontram-se ligadas a um Estado rentista e organizado através de clãs¹⁶: as sociedades rentistas funcionam na base da acumulação de privilégios através de lucro, que podem ser de mercado, e acabam por ser inexistentes. Esta situação ocorre devido à obtenção dos mesmos lucros por meios não burocráticos, e não participando deste modo para a criação de emprego (Ouaisa *et al.*, 2021); os clãs podem ser organizados através de “*parentage*, regionalismo e família”

¹⁶A questão dos clãs encontra-se ainda inserida face ao contexto, no qual, alguns partidos se dividem e focam o seu apoio ao Presidente ou aos seus oponentes (Addi, 2001).

(Ouaisa *et al.*, 2021, p. 53), cujos membros tanto poderão ser civis como militares, ou indivíduos que participaram na guerra pela independência e ainda indivíduos que possuam negócios (Ouaisa *et al.*, 2021).

Neste sentido, o Estado argelino pode ser entendido como questionável devido ao domínio do *Le Pouvoir* e destas relações existentes, que podem ser formais ou informais (Liverani, 2008). Este organismo mantém ainda a sua autoridade através de vários mecanismos, sendo um deles a atribuição de recursos a agentes estatais como grupos de pressão, líderes da oposição, Organizações Não Governamentais, *media* e por fim grupos civis societários (Arshad, 2017). As políticas argelinas podem ainda ser entendidas por meio de uma oligarquia e uma rede clientelista. Através da oligarquia, como um meio informal, exercem-se atividades de influência junto de instituições formais; cuja finalidade se manifesta em implementar políticas que sejam favoráveis aos membros da oligarquia (Porter, 2015)¹⁷.

Na sua génese, apesar das variabilidades do sistema político argelino, o mesmo irá sempre remeter ao autoritarismo e ao “bloco de poder” (Zoubir, 2020, p. 32) denominado de *Le Pouvoir* (Zoubir, 2020). Por outro lado, o conceito de Estado na Argélia e de quem constitui este Estado remonta para um tríade entre Frente de Libertação Nacional (FLN), ala militar, e serviços de segurança que também podem ser apelidados de *Le Pouvoir* (Awad *et al.*, 2017).

O desenvolvimento da história argelina, devido à conjuntura de vários fatores: históricos, sociais e económicos; e ainda estratégias utilizadas pelo *Le Pouvoir* levaram à continuidade do autoritarismo (Arshad, 2017). Durante os mandatos de Bouteflika, tanto em 1999 como mais tarde nas reeleições de 2004¹⁸ e 2009, apesar do apoio militar assiste-se a uma reconfiguração e a uma mudança nas dinâmicas de poder. Isto é, Bouteflika tentou afastar o poder do *Le Pouvoir* de modo a privilegiar o domínio civil (Entelis, 2011). É ainda de notar que os *powerbrokers* centrais do regime cuja operação se rege no *backstage* político, e na qual, o *Pouvoir* se insere permitiram que Bouteflika atuasse

¹⁷De acordo com (Porter, 2015) a oligarquia argelina comporta agentes públicos de elevado estatuto, como o Presidente e/ou Ministros, outros membros de elevado estatuto como militares e por fim, CEO's do setor privado.

¹⁸Em 2004 assiste-se a esforços continuados de Bouteflika em tentar consolidar a sua autoridade executiva, de modo a minimizar o *Le Pouvoir* (Entelis, 2011).

durante tanto tempo como Presidente argelino face à dificuldade em encontrar um candidato que fosse viável para os interesses dos *powerbrokers* (Wolf, 2019).

Um dos problemas que o sistema político argelino enfrenta detona-se pela difusão de poder exercido por este mesmo organismo (Šorm, 2020) por particularidades distintas (Werenfels, 2007) dificultando assim mudanças significativas dentro do espaço político argelino, visto que a mesma transição se encontra cingida pelos agentes que detêm o poder (Hamadouche & Zoubir, 2009). A título de exemplo, as eleições são entendidas como manipuladas por este organismo, a par de decisões políticas também dominadas pelo mesmo (Werenfels, 2007): as eleições de 1999 que levaram Bouteflika ao poder foram apelidadas de fraudulentas, acontecendo a mesma situação em 2002. Nas legislativas de 2002, houve 5 partidos políticos¹⁹ que se recusaram a participar nas eleições, por acharem as mesmas uma fachada eleitoral. Para além da parte política, também a sociedade civil do regime, através de organizações civis e personalidades distintas, solicitaram um *boycott* eleitoral. De acordo com os mesmos (Buttorff, 2018):

“As eleições constituem um alibi para o *Pouvoir* se auto legitimar *vis-à-vis* perante a opinião pública internacional numa tentativa de demonstrar uma imagem de um regime democrático, ignorando assim os impasses políticos, económicos e democráticos que ocorrem dentro do Estado argelino” (Buttorff, 2018, p. 143)²⁰

Em termos sociais, a República Argelina Democrática e Popular encontra-se enraizada à religião e ao do *Le Pouvoir*, como uma forma de governo dominante. Deste modo, a ideia de “Democrática e Popular” através da qual a Argélia se autointitula é abandonada (Muedini, 2009).

Um dos objetivos do movimento *The Hirak* traduziu-se na necessidade de cessar o *Le Pouvoir* devido à persistência de ligações militares com apoio civil, e que em conjunto exploravam o país na sua dimensão total (King, 2021). Após a resignação de Bouteflika, os restantes protestos argelinos dedicavam-se a solicitar uma verdadeira transição democrática. Neste sentido, surgem ainda conflitualidades entre a população argelina e o *Le Pouvoir*, face a sua relação com o Estado, que originou duas ideias opostas principais: 1) uma reconfiguração profunda do sistema político argelino, de modo a potenciar uma

¹⁹“Frente de Forças Socialistas (FFS), Aliança Nacional Republicana (ANR), Movimento Democrático e Social (MDS), Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)” (Buttorff, 2018, p. 143).

²⁰Tradução livre, para português, do discurso original, em inglês encontrado em “*Opposition boycotts in Algeria*” de (Buttorff, 2018, p. 143).

verdadeira transição democrática ou 2) meramente uma ligeira reconfiguração do *Le Pouvoir* (Ouaiça *et. al.*, 2021). Não obstante, de acordo com Allouche *et al* (2019), os cidadãos argelinos pretendiam uma cessação total do organismo *Le Pouvoir*, de modo a potenciar uma reconfiguração total do sistema político argelino cujos atores deveriam ser independentes e com habilidade de criar e concretizar reformas de âmbito social e político.

2.3 Tipologia dos regimes militares

Os regimes militares podem ser definidos como Estados nos quais os oficiais militares são uma camada predominante da esfera política, atuando como atores políticos. As Forças Armadas acabam por exercer o seu poder político através de mecanismos diretos ou indiretos, como pode ser o caso do controlo civil no *backstage* político²¹ (Hadenius & Teorell, 2006), sendo assim o exército forma um duo através do qual é simultaneamente o instrumento clássico de poder governativo e o mais poderoso fisicamente. Deste modo a questão sobre quem realmente governa recaí novamente no pressuposto clássico da definição de um regime militar, que se rege pelas regras militares (Brooker, 2014). Os regimes militares podem ainda ser elucidados como um formato especial de regimes autoritários, face ao sistema de governo militar (Büente, 2011). Nos regimes militares, os países são governados através de uma junta composta por altos oficiais do exército (Kailitz, 2013), demarcando-se a elevada qualidade superior organizacional e estrutural militar superior a qualquer grupo civil (Finer, 2002). Na junta, poderá existir ou não existir participação burocrática civil, podendo ainda o país também ser governado por um alto membro oficial do exército, que é escolhido pela ala militar para governar (Kailitz, 2013). As Forças Armadas, possuem assim, três grandes vantagens políticas face ao âmbito civil: 1) uma superioridade organizacional demarcada, 2) um *status* simbólico, mas emocionalizado e 3) um monopólio de armas. Desta forma, os militares acabam por se assumir como uma corporação ou uma ordem prestigiada, ao mesmo tempo que, apresentam ainda uma superioridade na aplicação prática da força (Finer, 2002).

Subsistem ainda duas características inerentes aos regimes militares: 1) em termos institucionais, os militares são mais profissionalizados o que torna 2) as transições de liderança menos passíveis de destabilização do regime (Gurses & Mason, 2010). Neste

²¹Note-se que no caso de regimes cujos agentes possuem “*background* militar e são escolhidos em eleições abertas, sem qualquer interferência militar” (Hadenius & Teorell, 2006, p. 6), não deveriam ser definidos como um regime militar (Hadenius & Teorell, 2006).

sentido, os militares preferem governar através de uma forma indireta por oposição à realização de eleições semi-competitivas, uma vez que deste modo não necessitam de manter um regime com políticas democráticas de fachada (Brooker, 2014).

Se assumirmos o espaço político através de um espectro político, de um lado é possível encontrar os regimes democráticos e do outro lado os regimes não democráticos. Os regimes democráticos podem ser definidos através de quatro elementos essenciais: “1) eleições livres, justas e competitivas; 2) sufrágio adulto completo; 3) proteção das liberdades civis como liberdade de discurso, imprensa e associação e 4) ausência de autoridades tutelares que de alguma forma limitem o poder de governo dos funcionários eleitos” (Büente, 2011, pp. 6-7). No outro lado no espectro político é possível encontrar os regimes autoritários fechados, nos quais não existem quaisquer mecanismos que possibilitem a oposição de contestar legalmente o poder executivo. É exequível elaborar uma subdivisão dentro dos regimes autoritários fechados: a) regimes fechados e b) regimes hegemónicos. Nos regimes fechados não é possível encontrar instituições de cariz democrático, enquanto que nos regimes hegemónicos as instituições democráticas formais existem meramente em um nível teórico, uma vez que em termos práticos o mesmo não acontece. Por fim, distingue-se ainda regimes militares diretos e regimes *quasi-civilian*. “Nos regimes militares diretos, os militares formam o governo enquanto que nos regimes *quasi-civilian*, persistem regimes militares de fachada civil, ou seja, com a presença de um presidente civil, uma constituição e eleições semi-competitivas” (Büente, 2011, p. 7).

É ainda possível distinguir 5 formas díspares estruturais de governo num regime militar. 2 são diretas, 1 é dupla e as restantes 2 são indiretas (Brooker, 2014): a primeira, denominada de forma de governo militar direta: encontra-se subdividida em 2 componentes: a) governo militarmente aberto e b) *quasi-civilian*. Nos governos militarmente abertos, o corpo militar é composto por oficiais militares que ocupam cargos políticos como o de Presidente do Estado e/ou Ministros, atuando ainda através de uma junta ou governo militar. Nos governos *quasi-civilian*, existem indícios de apoio civil e a presença de instituições civis, revestidos de apoio também de partidos políticos. Apesar de todo este apoio e aparato civil, as instituições de âmbito civil permanecem de fachada devido à dependência militar (Brooker, 2014); a segunda, denominada de forma de governo militar dual: a forma de governo dual diverge da forma de governo militar direta na medida em que a parte civil do regime encontra-se emanada em “partidos políticos ou

outras instituições organizadas com apoio civil” (Brooker, 2014, p. 26) criadas pelo ditador do regime e proclamadas como fontes confiáveis. Desta forma, torna-se mais fácil de controlar e atenuar a opinião sobre o corpo militar. A par desta situação, o ditador assume-se ainda como o Chefe Supremo das Forças Armadas e do âmbito civil, ao mesmo tempo que, aproveita para fortalecer a sua posição pessoal. Ou seja, procura-se aumentar a autonomia pessoal do ditador em relação à ala militar (Brooker, 2014); e a terceira, denominada de forma de governo militar indireta: nesta forma de atuação, a ala militar atua indiretamente porque a sua presença se cinge no *backstage* político onde controlam a parte civil do regime. Na prática, os militares exercem influência sob os civis, atuando de um modo indireto, levando ainda à ausência de *accountability* e maior controlo de decisões que lhes sejam mais convenientes (Brooker, 2014). Contudo, esta forma de atuação poderá ainda ocorrer de duas formas: “1) através do controlo de todas as atividades do governo civil e/ou 2) através do exercício do controlo intermitentemente e para asseverar objetivos limitados, estando assim perante um governo militar indiretamente limitado” (Brooker, 2014, p. 26).

No que concerne à classificação dos regimes militares existe uma dificuldade acrescida na sua definição. No entanto, utiliza-se o trabalho *The Comparative Analysis of Military Regimes: Formations, Aspirations, and Achievements* de Perlmutter (1980) face à sua especificidade e melhor adequação para a presente investigação, na medida em que se distinguem diversos tipos de regimes militares e como estes se comportam abrindo deste modo caminho para uma análise posterior mais abrangente e detalhada do contexto argelino, ou seja, em qual dos regimes o caso da Argélia se insere ou se não se insere em nenhum dos regimes descritos por Perlmutter (1980). Sendo assim estabelecem-se, de um modo geral, 5 tipos de regimes militares, apresentando-se uma breve definição dos mesmos que serão explícitos e analisados de forma detalhada de seguida:

1. Regime militar corporativo: “rege-se pela natureza das relações entre a estrutura militar e a estrutura civil e das elites” (Perlmutter, 1980, p. 104);
2. Regime militar de mercado burocrático: “rege-se pelo âmbito autónomo das organizações institucionais militares e civis, dentro do regime militar” (Perlmutter, 1980, p. 104);
3. Regime militar socialista e oligárquico: “rege-se pela natureza dos instrumentos políticos e administrativos utilizados nos regimes militares com a finalidade de

modernização e legitimidade através de estruturas burocráticas, partidos políticos, grupos de interesse e a própria organização militar” (Perlmutter, 1980, p. 104);

4. Regime militar de partidos políticos: “rege-se pelos grupos inseridos nos regimes militares e as classes com que procuram colaborar” (Perlmutter, 1980, p. 104);
5. Regime militar tirânico: “a emergência dos tiranos advém de motivações para permanecer no poder e aniquilar toda a oposição, quer dentro ou fora das Forças Armadas” (Perlmutter, 1980, p. 104).

De acordo com Perlmutter (1980) nos regimes militares corporativos, existe uma coligação entre o âmbito civil e o âmbito militar. Como a ala governamental reside nesta coligação, o governo acaba por ser mais fraco e deter pouco ou nenhum controlo político a nível externo. Face à parte executiva do regime, está poderá residir “em civis ou oficiais militares como uma maioria, existindo ainda a possibilidade do Chefe Supremo ser um civil sem habilidades militares” (Perlmutter, 1980, p. 105). Deste modo, a fonte de apoio político mais expressiva provém do corpo militar, contudo pode ainda ser apoiada em grupos divergentes, como é o caso de grupos burocráticos, religiosos, sindicatos e tecnocráticos que se assumem como uma fonte secundária; na medida em que persiste uma tentativa de divergir a base apoio do regime, incluindo-se ainda trabalhadores e camponeses. A nível geral, os instrumentos aplicados são de carácter funcional e burocrático, enquanto que a nível económico e de modernização económica, procura-se de forma ativa a industrialização e a transformação económica, ao mesmo tempo que, se aplicam restrições para impedir o crescimento económico de grupos políticos opositores ou alternativos (Perlmutter, 1980).

Os regimes militares de mercado burocrático, são dominados pela burocracia, por isso encontra-se uma ligação da parte burocrática civil ao centro do regime, que por sua vez é composto por militares e altos burocratas. Neste caso, o corpo militar cinge-se a desempenhar “funções políticas e administrativas que levam à modernização económica” (Perlmutter, 1980, p. 106). Devido à concentração da burocracia no centro executivo e administrativo do regime, o centro legislativo torna-se fragilizado e com poder fraco. Combina-se ainda dois elementos que reforçam a criação deste tipo de regime: institucionalização e modernização assentes no centro do regime e com elevada ascensão do papel político dos militares. Por fim, a participação dos partidos políticos no regime é pouco expressiva (Perlmutter, 1980).

Os regimes militares socialistas e oligárquicos não podem ser meramente definidos como uma tirania militar devido à união existente com o âmbito civil do regime. Os órgãos políticos públicos como o Conselho de Ministros possuem uma combinação de atores: civis, civis tiranos e ainda políticos. É ainda de notar, que para alguns autores, o típico regime militar socialista e oligárquico²² pode ser definido como um regime militar populista cuja tendência é a concretização dum partido em massa (Perlmutter, 1980). Os regimes militares oligárquicos podem ainda ser classificados através das condições nas quais os militares agem, ou seja, como atores de uma elite em regimes não democráticos (Acemoglu, Ticchi, & Vindigni, 2010).

Os regimes militares de partidos políticos podem ser caracterizados através duma “derivação de elites militares político-partidárias presentes na sua composição, estrutura e orientação política” (Perlmutter, 1980, p. 112). Note-se que apesar desta derivação, este tipo de regime acaba por ser relativamente estável e bem-sucedido. Neste caso, os militares atuam como criadores e inovadores dum partido único, ou utilizando esse mesmo partido único como uma ferramenta de garantir governo e autoridade. Deste modo, pode-se perceber que os militares não são meras elites políticas estratégicas nem possuem uma aliança entre corpo militar e corpo civil, que pode ser representado através de funcionários públicos ou restantes políticos civis, e por isso não há uma necessidade de expansão de funções dentro do regime. Os militares, são ainda os protetores do partido na medida em que são sócios antigos o que levou à criação de uma aliança entre organizações políticas poderosas e separadas²³, a transferência de poder e matérias de segurança do Estado torna-se importante no desempenho da ala militar devido à tolerância acrescida estabelecida entre o partido e os militares. Permite-se assim uma interferência na organização um do outro visto que esta intervenção militar é considerada como um comportamento constitucional e natural neste tipo de regime. Por fim, face à elevada ligação existente entre as instituições políticas e o partido político, os militares conseguem facilmente atuar como um instrumento de articulação de interesses e fonte de mobilidade política para as elites (Perlmutter, 1980).

²²Neste caso, os autores referem-se aos regimes militares oligárquicos presentes no Médio Oriente (Perlmutter, 1980).

²³Por oposição a uma aliança entre elites civis e militares (Perlmutter, 1980).

Os regimes militares tirânicos são demarcados pela instabilidade. Sendo assim, a institucionalização pessoal torna-se na maior preocupação dos agentes tiranos em contraste à oposição política. Esta situação levou à ocorrência duma dinâmica na qual os militares assumem falta de interesse e capacidade em estimular o processo de modernização causando práticas corruptas e políticas económicas de desenvolvimento fracassadas (Perlmutter, 1980).

No campo da Ciência Política, tem-se distinguido o conceito de pretorianismo, utilizado para explicar o modo de intervenção militar na política e o conseqüente exercício de poder militar como poder político (Brooker, 2014). Uma das justificações utilizadas para a intervenção militar nestes regimes, trata-se do pressuposto que os militares são os únicos atores do Estado, juntamente com os atores burocráticos, habilitados e capazes de salvar a Nação em caso de conflitos sociais em tempos de crise. Não obstante, os agentes militares reforçam ainda a sua posição ao afirmarem-se como protetores dos governos civis regulares²⁴ contra ameaças ao regime na forma de grupos comunistas, islâmicos, terroristas ou separatistas rebeldes (Kailitz, 2013). À luz do explorado por Nordlinger em *Soldiers and Politics: Military Coups and Governments*, existem “duas grandes condições face ao nível de intervenção militar: 1) a extensão do poder das Forças Armadas e 2) os seus objetivos políticos e económicos” como citado em (Büente, 2011). Devido à onda democratização, as intervenções militares do novo século tendem a cumprir a sua promessa para a democratização nos regimes, através da qual o poder é entregue aos civis. Este fenómeno é ainda uma tendência visível nas décadas seguintes (Brooker, 2014).

2.4 O contexto argelino

De acordo com Arshad (2017) a Argélia é considerada uma oligarquia burocrática-militar. As políticas argelinas podem, desta forma, remeter para um processo informal por uma via oligárquica. Através da mesma realizam-se atividades de influência junto de instituições formais, cuja finalidade se manifesta em implementar políticas que sejam favoráveis aos membros da oligarquia (Porter, 2015). É ainda possível observar relações clientelistas controladas pelo *Le Pouvoir* (Arshad, 2017) – como explorado no capítulo [2.2 Le Pouvoir](#); e através das quais se manifestam uma interferência e influência da eficácia da gestão do setor público devido à presença e expressividade destas relações (Roberts, 2007). Para que

²⁴Por governos civis regulares, entende-se todo o tipo de Governo desde democrático até monárquico (Kailitz, 2013).

o Estado consiga assegurar o seu próprio controlo e legitimar a política existente e o seu estatuto de Estado rentista, o crescimento das relações clientelistas e o reforço de serviços sociais e de infraestruturas legalizam esta situação. Por sua vez, estas questões encontram-se ainda em conformidade com a vertente autocrática e repressiva do Estado pois num Estado rentista, a economia torna-se um elemento importante, assim como a existência duma casta de carácter administrativo e militar que leva à utilização de meios coercivos (Arshad, 2017).

Como explorado em (*The Dominance of the Military Bureaucratic Oligarchy*), a burocracia militar oligárquica consegue assumir uma relativa autonomia dentro do Estado em que se insere, uma vez que possui a capacidade de intervenção e mediação aquando do surgimento de uma ameaça de rivalidade entre classes predominantes²⁵ (Mohmed, 2019). Contudo, é de frisar que as atividades burocráticas funcionam como um todo e como tal, são coordenadas através de um órgão central de direção, como é exemplo o governo (Roberts, 2007). Ainda assim de acordo com Gresle (2005, p. 48): “as Forças Armadas foram o primeiro organismo estatal a adotar uma forma burocrática funcional”.

Em países recém-formados, o corpo militar e o corpo burocrático assumem uma posição fundamental²⁶ na estruturação do poder do Estado devido à luta pela liberdade do país em que se inserem (Mohmed, 2019). Os militares, não só assumiram o seu estatuto através da burocracia como também se tornaram num protótipo ideal burocrático (Gwyn, 1990); uma vez que a burocracia pressupõe a especialização dos seus agentes. Dentro do âmbito militar, a situação ocorre da mesma forma visto que os militares são especializados e treinados para exercerem as suas funções dentro da esfera militar (Vaz, 2001).

No caso argelino, a estrutura militar “tornou-se num sinónimo do sistema político” (Mohmed, 2019, p. 100) devido ao seu papel na luta pela independência (Maddy-Weitzman, 2018); o que enraizou uma dinâmica a partir da qual se verifica um domínio estatal por parte dos militares (Tlemçani, 2017).

Nos anos 90, a Argélia encontrava-se perante um executivo militar auxiliado duma rede com agentes burocratas e agentes do setor público face aos processos de decisão política.

²⁵Esta ameaça poderá ser tão intensa que por sua vez, ameaça também as matérias de trabalho existentes no seio da rivalidade dessas classes (*The Dominance of the Military Bureaucratic Oligarchy*).

²⁶Neste sentido, a burocracia estatal concretiza-se por meios administrativos e, consequentemente através de delegações (Addi, 2001). Para além disso as elites burocráticas argelinas, na sua génese, são formadas nos anos que seguem a independência do domínio francês (Belkamel, 2014).

Esta relação com o Estado argelino permitiu um aumento de lucros pessoais para os atores envolvidos, o que por sua vez, levou a uma união entre a FLN, ala militar e burocratas de modo a enfraquecer o poder da Frente Islâmica de Salvação (FIS), devido ao receio de perda de privilégios pessoais²⁷ (Cavatorta, 2002). Ao mesmo tempo, potenciou movimentos de corrupção, clientelistas e nepotistas; que se enraizaram de tal forma no território argelino sendo através destes movimentos possível uma atividade de promoção a nível profissional, e na qual, se desenvolveram as carreiras dos seus membros. Este desenvolvimento ocorreu face à existência duma organização em massa e partidária, promovida pela FLN, que permitia a concretização de lucros e desenvolvimento de carreiras para os seus membros (Belkamel, 2014).

A instituição militar, manteve o seu apoio na FLN, e na União Nacional Democrática (RND)²⁸ de forma a reiterar o seu poder político (Ghanem-Yazbeck, 2018). Em termos eleitorais, os militares eram detentores de locais próprios para exercerem o seu direito de voto; sendo que desde a independência argelina todos os Presidentes eleitos reuniam duas condições: 1) possuíam uma ligação à tradição militar ou 2) possuíam apoio militar. Com isto é possível notar que a organização militar é a organização mais preponderante no território argelino, estando ainda encarregue de determinar as decisões finais dos destinos políticos do país (Bouandel, 2004). Não obstante, os militares encontravam-se ainda munidos de 3 estratégias para reiterar o seu poder político (Ghanem-Yazbeck, 2018): 1) utilização de relações de patronagem e formas repressoras cuja finalidade era segmentar a oposição (Ghanem-Yazbeck 2018); 2) abertura económica consoante o seu próprio benefício, de modo a beneficiar as relações de patronagem existentes (Ghanem-Yazbeck, 2018); e 3) sistema enraizado em práticas corruptas, que beneficiava os indivíduos que apoiavam o regime em vigor (Ghanem-Yazbeck, 2018).

Como Tlemçani (2017) sugere apesar da tendência de afastamento dos militares do centro político argelino, através da substituição de civis e militares de cargos governativos e cargos militares, a intenção de Bouteflika seria ganhar poder efetivo em matérias de “liberalização económica e Estado de Direito” (Tlemçani, 2017, p.6). As emendas

²⁷A união constituída pela FLN, militares e burocratas tinham receio de perder os seus privilégios pessoais para a FIS, devido à ascensão significativa da mesma (Cavatorta, 2002).

²⁸Partido político argelino, cujo nome original é *National Rally for Democracy*, e sigla RDN, sendo a sua tradução livre para português União Nacional Democrática (Ghanem-Yazbeck, 2018).

elaboradas à Constituição argelina²⁹, permitiram uma situação na qual Bouteflika se tornaria elegível para um terceiro mandato político, ao mesmo tempo que iria manter o cargo de Presidente por um tempo indeterminado (Bouandel, 2009). Abdelaziz utilizou ainda outros mecanismos para a consolidação do poder doméstico, tais como a aplicação da sua exposição internacional que se regia em matérias de “política externa” (Mortimer, 2015, p. 11), cujo interesse nestas matérias, iria de encontro aos interesses da população argelina (Mortimer, 2015). Apesar de todas estas tentativas, e o esforço em criar e concretizar um “Estado civil” (Tlemçani, 2017, p. 6) o resultado foi um Estado regido pela segurança e polícia, no qual se verificou um tendência de aumento de dispêndios militares: em 2016, 32% do orçamento do Estado argelino encontrava-se dedicado a questões militares e de defesa (Tlemçani, 2017).

Os regimes militares oligárquicos regem-se ainda através das condições de participação dos militares, como atores que pertencem a uma elite (Acemoglu, Ticchi, & Vindigni, 2010); sendo ainda possível definir o caso de estudo argelino como “um regime autoritário, na qual os militares influenciam a política, por meios violentos e não-violentos, desde a independência” (Bove *et al.*, 2020, p. 8).

²⁹Em 2008 o Parlamento aprovou uma emenda através da qual permitia uma recandidatura de Bouteflika para um terceiro mandato presidencial (Del Panta, 2014).

3 ARGÉLIA: O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO

Na era pré-colonial, antes da invasão francesa em 1830, o estatuto de nação argelina era inexistente, conforme o parecer atual intrínseco sobre o que é uma nação³⁰ (Naylor, 2000). No entanto, a Argélia existia sob forma de região semiautônoma pertencente ao Império Otomano (Barclay *et al.*, 2017). Por sua vez, a formação do Império Otomano na região do Magrebe e a sua importância na construção da nação argelina aconteceu no século XVI; devido à procura de auxílio, da população de *Algiers*, para lutar com os espanhóis que se tentavam apoderar da região. O resultado deste pedido traduziu-se na vitória do Império Otomano, que tomou conta da região do Magrebe, tornando a capital do império a cidade de *Algiers* (Shuval, 2000).

A nível geográfico, a Argélia encontra-se situada na região do Magrebe (Shuval, 2000), fazendo ainda parte do seu território a região de Kabylia (Roberts, 2014). A Kabylia é “uma região montanhosa a este da Argélia” (Macey, 2006, p. 546), onde se encontra a população Kabyle que é detentora de vários domínios comuns como é exemplo domínios linguísticos, culturais e territoriais. Para além disso, os seus habitantes depararam-se habituados como uma tradição migratória, em termos laborais, para a França (Roberts, 2014). Por sua vez, a história argelina encontra-se ainda enraizada no domínio francês, durante a era colonial (Naylor, 2000) estando a conquista argelina ligada a várias mitologias; numa das quais se interpreta esta conquista como uma forma de libertação: 1) libertação do governo turco ou 2) uma forma de libertação “dos piratas mediterrâneos” (Macey, 2006, p. 545).

A colonização argelina, para o exército francês, foi considerada gloriosa (Cummings, 2018), sendo efetuada de forma total, de modo a que a Argélia se tornasse numa parte integral da França³¹ (Stewart, 2013). Como tal, verificou-se uma imposição francesa no quotidiano argelino, através da criação dum sistema coercivo que em última instância impulsionou violência e uma revolução (Naylor, 2000). A imposição francesa na Argélia regeu-se ainda pela coação da língua francesa³² (Aissaoui & Eldrigde, 2017), e domínio dos

³⁰A definição conceitual de nação sofreu uma evolução ao longo do tempo. No entanto, na sua génese, identifica-se uma nação através duma “sociedade cultural” (Giner & Homs, 2018, p. 3) que partilham os mesmos “sentimentos, territórios, ideias e traços culturais” (Giner & Homs, 2018, p. 3).

³¹Em 1848, a Argélia já era oficialmente considerada uma parte integral do território francês (Hubbell, 2015).

³²A imposição da língua francesa na Argélia tornou-se numa questão muito relevante, pois potenciou a segregação dos indivíduos argelinos e cessação dum sentimento de identidade. Este sentimento encontra-se relacionada com a “erradicação de expressões linguísticas árabicas e berberes” (Maamri, 2009, p. 1).

vários setores da vida argelina desde o educacional ao governamental, potenciando um processo de aculturação dominante dos costumes franceses (Maamri, 2009), intensificando ainda uma crise de identidade argelina (Aissaoui & Eldridge, 2017). Neste sentido, um dos impactos coloniais traduziu-se pela perda duma “cultura unitária” (Goodman & Silverstein, 2009, p. 16), que seria penosa para os argelinos recuperarem (Goodman & Silverstein, 2009).

Durante o período colonial, no qual a Argélia esteve sob o controlo político francês, este poder manifestou-se por meio de agentes considerados civilizacionais. Isto é, agentes promotores duma civilização, no âmbito da ciência, do progresso, de matérias governamentais, e ainda matérias intelectuais, acabando por suprir a cultura argelina (Maamri, 2009). O crescimento dos movimentos nacionalistas argelinos levaram a uma demonstração política em todo o território argelino, cuja finalidade seria manifestar a capacidade da Argélia se assumir como uma nação a nível mundial. Estes movimentos entendiam ainda que a independência argelina iria acontecer brevemente (Barclay *et al.*, 2017).

A guerra dos oito anos na Argélia, de 1954 a 1962, terminou com a independência argelina sendo um impulso de carácter violento que levou à descolonização liderada pela FLN (Stewart, 2013); apesar da recusa do exército francês em considerar esta guerra como a guerra pela luta da independência argelina (Hubbell, 2015). É ainda de notar que a região da Kabylia, acabou por ser um refúgio de resistência colonial desde a conquista francesa até à independência argelina (Goodman & Silverstein, 2009).

Para além do impulso violento, a guerra da independência levou ainda ao declínio da Quarta República Francesa, e posterior emergência da Quinta República Francesa (Stewart, 2013). Apesar de Hubbell (2015) mencionar a ideia do esquecimento da guerra argelina, face a uma “falta de consenso das duas partes” (Hubbell, 2015, p. 22), de acordo com Bouteflika, as relações entre Argélia e França são sempre relevantes, como citado em (Naylor, 2000):

“As relações entre a Argélia e França são sempre importantes. Esta importância ocorre de forma dual, ou seja, quando as relações Argélia-França são más continuam a assumir um papel importante, e quando as

relações Argélia-França são boas também continuam a assumir um papel importante” (Naylor, 2000, p. 8)³³

A cessação da guerra colonial, ficou marcada por atos de violência, terrorismo, e ainda a partida de vários argelinos para a França, onde passaram a residir (Hubbell, 2015). Durante o período da guerra colonial argelina, ocorreram ainda outros episódios importantes tais como: a crise económica dos anos 80 que levou a um descontentamento social geral, apelando para uma reforma a nível económico, e ainda a introdução do multipartidarismo nos anos 90 (Hill, 2009). Através dos movimentos de descolonização, acaba ainda por surgir a ideologia pan-africana (Oloruntoba, 2020).

3.1 Pan-africanismo e movimentos de descolonização

De acordo com Agostinho Alexandre Joaquim da Silva (2014) o conceito de pan-africanismo poderá ser definido como uma ideologia através da qual se manifesta o direito de emancipação e libertação colonial no continente africano; tendo como finalidade a reabilitação civilizacional africana de modo a construir um continente à luz dos ideias africanos. Ou seja, na sua génese, pretende-se a cessação do domínio imperial e internacional em matérias políticas, económicas e ainda internacionais (Sonderegger, 2020). O pan-africanismo pode ainda assentar numa ideologia a partir da qual se pretende a “promoção da ideia duma África unida” (Malisa & Nhengeze, 2018).

Através da intensificação dos movimentos de libertação, a ideologia pan-africana concretizou-se ainda como uma causa de união e fortalecimento dos novos Estados independentes, através da Organização da Unidade Africana³⁴, inculcando o valor de ajuda mútua entre Estados independentes e Estados em fase de independência (Nunes, 2018); contudo a unificação do continente africano só ocorrerá quando todos os domínios do imperialismo cessem, como é exemplo o neocolonialismo (Oloruntoba, 2020).

O pan-africanismo levou ainda à elaboração de vários congressos, com objetivos diferentes, mas cuja finalidade se traduzia pela sensibilização à união africana e capacidade de cooperar entre os vários governos africanos. Sendo assim, as matérias abordadas passavam por (Silva, 2014):

³³Tradução livre, para português, do discurso original, em inglês encontrado em “*France and Algeria A History of Decolonization and Transformation*” de (Naylor, 2000, p. 8).

³⁴O pan-africanismo estabeleceu ainda um quadro ideológico na criação da OAU (Oloruntoba, 2020).

“Matérias de política externa visadas sob os participantes, matérias de discriminação racial, matérias face a auxílios económicos, técnicos e culturais entre os Estados independentes, discussões sobre a paz mundial, discussões sobre a criação de uma organização pan-africana de carácter permanente” (Silva, 2014, p. 66)³⁵.

Por outro lado, as comunidades africanas e a sociedade civil necessitavam de redefinir o foco das políticas pan-africanas, de modo a prosseguir valores de justiça, liberdade, reconhecimento e proteção identitária (Rabaka, 2020), visto que a partir desta ideologia pretendia-se uma “auto preservação dos agentes com descendência africana, apostando numa reunificação” (Malisa & Nhengeze, 2018, p. 12) do continente africano (Malisa & Nhengeze, 2018). Esta reunificação africana pode ser visível através dos movimentos de descolonização face à interpretação da descolonização como um processo cuja finalidade seria a cessação do colonialismo (Chafer, 2002).

Os movimentos de descolonização africanos podem ainda ser classificados como processos que se manifestaram por uma transformação do domínio colonial para um Estado independente. Este fenómeno não ocorreu de forma igualitária no continente africano, visto que, devido às particularidades intrínsecas de cada Estado o resultado estrutural será diferente (Smith & Jeppesen, 2018). Os líderes africanos acreditavam numa necessidade comum em afastar o domínio dos valores ocidentais, mesmo após a independência, devido à importância do poder económico como forma de suportar a liberdade política (Oloruntoba, 2020).

Os civis africanos, na sua génese, enfrentaram várias contrariedades face à sua liberdade, vigorando um apelo para a democratização num nível interno. Neste sentido, os civis africanos começaram a apoiar partidos da oposição como um meio de obter controlo estatal, tentando desta forma influenciar as políticas estatais. Esta situação ocorreu devido à falta de experiência dos líderes africanos em conseguir governar, visto que, a tendência para a não democracia prevaleceu (Ndlovu-Gatsheni, 2013), e em alguns Estados africanos, as instituições estatais careciam de: funcionalidade, alcançabilidade e estrutura organizacional na íntegra. Isto é, algumas estruturas organizacionais não se encontravam

³⁵Possível encontrar a transcrição na íntegra em “*Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)*” (Silva, 2014, p. 66).

bem consolidadas, o que as torna não funcionais. Em outros casos, para além da capital estatal, as instituições não possuíam muito alcance ou relevância (Welz, 2021).

Um elemento fundamental que se alterou na descolonização africana foi a composição do Estado: de imperialismo ocidental para não imperialismo ocidental (Ndlovu-Gatsheni, 2013), mantendo a tradição africana por oposição a uma modernização dos Estados, como ocorreu em outras partes do mundo (Oloruntoba, 2020). A título de exemplo, referimos que na descolonização asiática deu-se uma rutura total da sociedade em termos linguísticos, culturais e educacionais, enquanto que no continente africano a luta entre tradição e modernização persistiu (Oloruntoba, 2020).

No caso argelino, a luta da independência contra domínio francês poderá ser explanada através do emprego da violência e tortura, por parte do exército francês³⁶ (Hill, 2009). No pós-independência argelina persistiu uma história de supressão colonial: os argelinos falecidos em combate, foram tornados em mártires face à resistência colonial francesa, criando-se deste modo uma narrativa nacionalista enraizada pela FLN (Barclay, Chopin, & Evans, 2017).

3.2 Pós-independência argelina

A Argélia instaurou a sua independência em 1962, após o término do domínio francês, mantendo uma política cujo processo de decisão encontrava-se enraizado nas elites e na aproximação militar (Ghanem-Yazbeck, 2018). Esta situação é explicada através da afiliação de membros das Forças Armadas do Povo a partidos políticos. Ou seja, a ligação de militares a partidos políticos como a FLN e a RND bem como outras forças com influência política e económica. No pós-independência, a facção vitoriosa da FLN³⁷ pretendia reescrever a história argelina, de modo a construir uma narrativa heroica e de resistência que os afastasse do domínio francês e o passado conturbado e demarcado por violência, com a finalidade de consolidar o Estado Argelino à luz dos ideais argelinos

³⁶Durante o período de luta colonial, as acusações face à tortura empregue pelo exército francês em solo argelino não foram oficialmente reconhecidas pelo governo francês. Contudo, estas acusações acabam por ser acentuadas devido à não divulgação de documentos (por parte do governo francês) sobre o período de luta na Argélia, e pela publicação das memórias de um antigo general reformado, cujo trabalho se intitula “General Paul Aussaresses’ memoires, SERVICE SPECIAUX: Algérie 1955-1957” (Hill, 2009, p. 617) no qual acusa o governo francês de se encontrar ciente do uso de violência na guerra argelina (Hill, 2009).

³⁷Apesar de todo o legado vitorioso da FLN, o mesmo começa a dissipar-se devido a dois grandes fatores: 1) os atores argelinos contemporâneos não estiveram presentes na luta que levou à independência argelina e 2) muitos muçulmanos do Norte de África, mudam-se para a França. Esta situação leva a uma ignorância mútua sobre o passado colonial argelino, outrora marcado por violência francesa (Maddy-Weitzman, 2018).

(Maddy-Weitzman, 2018). Podemos ainda notar que a interferência militar na política nacional argelina tornou-se constante durante o período revolucionário e mais tarde no período independente (Zeraoui, 2012).

A partir de 1962, o poder na Argélia encontrava-se dividido entre o legítimo e o executivo; o poder legítimo era dominado pelo exército e o poder executivo pelo Presidente. Surge, desta forma, uma batalha constante de poder que acabou por influenciar todo o processo político argelino desde a independência (Addi, 2001). O primeiro Presidente da Argélia independente foi o Coronel Ahmed Ben Bella³⁸ (Bouandel, 2003) com apoio militar, uma vez que, a força militar receava a emergência de uma elite política civil competente e autónoma capaz de concorrer para cargos políticos (Addi, 2001). Este período acaba por ser caracterizado pela hegemonia militar, governo inconstitucional, estado de emergência e dissipação do terror (Bouandel, 2003). Destaca-se outubro de 1988 devido aos protestos populares contra o Governo apelidado de corrupto e ineficaz de satisfazer a população argelina. Face ao elevado número de desemprego, fome e dívida pública subsequente do nível de independência de importação de comida e exportação de petróleo que colocaram em causa as capacidades do *welfare state* (Entelis & Arone, 1992). As receitas referentes às exportações de petróleo representavam 98% das exportações argelinas, contudo, o excesso de petróleo levou a uma queda de ganhos de 13 biliões de dólares em 1985 para 8 biliões de dólares em 1988. O resultado desta queda levou ao aumento da dívida externa (Brumberg, 1991). Na sua génese, os protestos tinham como finalidade representar a revolta popular argelina contra acordos políticos, apelando para a responsabilidade estatal (Entelis & Arone, 1992). Estes acontecimentos levaram a uma reforma constitucional do Presidente Chadli Benjedid³⁹, através da qual é visível uma luta com a FLN uma vez que estes interpretaram as reformas de Benjedid como uma ameaça aos seus privilégios económicos e políticos (Brumberg, 1991). A revisão constitucional de 1989 cessou o seu estatuto de hegemonia permitindo uma abertura política (Mortimer, 1991) através de

³⁸Ahmed Bem Bella assumiu o cargo da presidência argelina, em 1962 face ao apoio militar, acabando por sofrer um golpe de Estado em 1965 por parte do Coronel Houari Boumedienne, (Bouandel, 2003), devido à falta de popularidade entre os militares (Shillington, 2005). De seguida, Boumedienne assume a presidência e lidera a Argélia (Bouandel, 2003)

³⁹Benjedid foi afastado do poder devido a uma coligação militar liderada por Khaled Nezzar (Ministro da Defesa Argelina) em 1992 (Volpi, 2000).

reformas democráticas⁴⁰ cuja consequência se traduziu no aumento do poder islâmico (Brumberg, 1991).

A FIS surgiu em 1989 ganhando ainda mais expressividade face à sua vitória nas eleições municipais de 1990 (Shahin, 2003) e domínio na primeira ronda das eleições parlamentares de 1992 (Mortimer, 2015). Este partido pode ser definido como “nacionalista, populista e religioso” (Bustos, 2017, p. 7), sendo nesta altura considerado um partido moderado (Metz, 1993). A resposta militar face à notoriedade deste partido, traduziu-se numa tentativa de controlo estatal e societal através da abolição da FIS, devido à sua popularidade⁴¹ (Entelis & Arone, 1992). “O governo empregou o argumento de que os islâmicos queriam utilizar as eleições como uma forma de banir a democracia” (Jazouli, 2006, p. 14) devido à maioria partidária ganha nas eleições parlamentares de 1992, nas quais o escalar das tensões levou a uma Guerra Civil (Jazouli, 2006). Consequentemente, os membros da FIS foram alvo de julgamentos militares que levaram à prisão de islâmicos, resultando ainda em retaliações violentas por parte das forças islâmicas radicais (Entelis & Arone, 1992). A radicalização da FIS advém do autoritarismo político liderado pelas forças militares (Metz, 1993), que por fim levou a que a FIS fosse banida da Argélia (Shahin, 2003). Devido a estes movimentos marcadas pela violência extrema, o período de 1991 a 2001 denomina-se de “Década Negra da história argelina” (Amasha & Yaylaci, 2020, p. 9), impossibilitando novamente uma transição democrática e liberalização política (Amasha & Yaylaci, 2020). Este falhanço para uma transição democrática, acaba por representar uma tendência que ocorre nos regimes do Norte de África e do Médio Oriente (Volpi, 2000).

3.3 Era Bouteflika

As eleições presidenciais de 1999 marcaram o início da Era Bouteflika⁴². Nas eleições de 1979 e 1994, Bouteflika já teria sido considerado como uma possibilidade de assumir o cargo de Presidente. Contudo só em 1999 chega à presidência devido ao apoio do General Khaled Nezzar⁴³ e do exército. Apesar do exército conhecer relativamente pouco de

⁴⁰A tendência de reformas democráticas e consequente aumento de poder islâmico, encontra-se também noutros países africanos como a Tunísia, Jordânia e o Egipto (Brumberg, 1991).

⁴¹Outra das respostas militares, numa tentativa de controlo estatal e societal foi a dissolução da Assembleia Nacional (Entelis, 1996).

⁴²Durante o mandato de Benjedid, Bouteflika trabalhou para o Estado como Conselheiro de Presidente. Mais tarde, entre 1963 e 1978, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros argelino (Mortimer, 2006).

⁴³Khaled Nezzar é um membro militar oficial (Mortimer, 2006), que atuou como Ministro da Defesa em 1992 (Volpi, 2000).

Bouteflika, entre os seis candidatos na corrida para a presidência, este seria a melhor opção. O resultado disto traduziu-se na vitória de Bouteflika e na desistência dos restantes candidatos, que mais tarde acusaram as eleições de serem fraudulentas (Mortimer, 2006). Bouteflika venceu as eleições presidenciais de 1999 com 73,79% dos votos. Uma das finalidades do apoio militar deveu-se à crença de que Abdelaziz teria as capacidades para conseguir melhorar a imagem internacional do regime argelino (Szmolka, 2006). Para além disso, nesta corrida presidencial, Bouteflika manifestou ainda vontade de cessar todas as conflitualidades com os grupos islâmicos (Amasha & Yaylaci, 2020).

O 1º mandato de Bouteflika⁴⁴ (1999-2004) foi dominado por uma luta de poder entre o Presidente e um número considerável de membros militares influentes tais como o General Mohamed Toufik Mediène e General Mohamed Lamari⁴⁵, estas lutas de poder acabaram por levar Bouteflika a criar o seu próprio patronato político, administração civil e económica cujas bases se encontravam em afiliações regionais (Werfenfels, 2010). Uma vez eleito, o Presidente Bouteflika tentou exercer poder real, de modo a criar um círculo interno de agentes de sua confiança. Esta ação torna-se visível em Dezembro de 1999 aquando da colocação de membros do seu círculo interno em posições-chave, e já em 2000 anunciou que iria elaborar mudanças mais abrangentes em altos comandos militares (Del Panta, 2014). Ainda durante o seu primeiro mandato, Bouteflika conseguiu afastar os militares e a FLN, ou seja, os dois atores políticos centrais revestidos de poder no sistema político argelino desde 1962 (Mortimer, 2005). Durante os dois primeiros mandatos de Abdelaziz Bouteflika, assistiu-se a uma tentativa de consolidação do poder civil sob o militar sendo para tal utilizado várias medidas como a antecipação de reformas de altos oficiais (Zeraoui, 2012); não obstante, o então Presidente empregou ainda a sua exposição internacional e matérias de “política externa” (Mortimer, 2015, p. 12) como um instrumento de consolidação de poder estatal, a nível doméstico (Mortimer, 2015).

O 2º mandato de Bouteflika iniciou-se em 2004 (2004-2009) após a sua reeleição. Durante a campanha eleitoral de 2004, o Presidente argelino sublinhou que o exército era uma instituição da Constituição destacando deste modo a elevada responsabilidade do exército

⁴⁴À luz da Constituição Argelina, o Presidente é eleito para um mandato de cinco anos. Contudo, a reeleição de Bouteflika para um quinto mandato presidencial seria inconstitucional, uma vez que a continuidade de Bouteflika no poder permaneceu por vinte anos (Zoubir, 2020).

⁴⁵Durante o primeiro mandato de Bouteflika, Mediène era o Chefe de Inteligência e Lamari era o Chefe dos Comandos Gerais (Werfenfels, 2010).

perante situações extra constitucionais e penosas. Contudo, apesar deste louvor, o grande objetivo por detrás destas afirmações seria de sublinhar que o exército é apenas uma instituição constitucional e como tal deverá cingir-se a atuar de forma constitucional para que não perca a sua legitimidade (Holm, 2005). Já em 2002, os militares tinham expressado a sua imparcialidade pois não iriam apoiar nenhum candidato nas eleições presidenciais de 2004⁴⁶. Em janeiro de 2004, ano de eleições, reiteraram novamente a sua posição. Devido ao estatuto de membro oficial do exército, o General Mohamed Lamari⁴⁷, emitiu as seguintes declarações, relativas às eleições de 2004 e a posição do corpo militar, de acordo com Mortimer (2006):

“Eu gostaria de clarificar que nós não podemos ser indiferentes ou passivos face a uma votação de tanta importância. Preferimos antes falar sobre a imparcialidade do Exército Nacional Popular nesta eleição... entre os candidatos com quais o Exército está a trabalhar nenhum desses está a ser beneficiado ou prejudicado. A neutralidade do Exército não faria sentido se não fosse correspondida por todas as outras instituições da República Argelina Democrática e Popular de modo a não colocar em causa a credibilidade da eleição” (Mortimer, 2006, p. 93)⁴⁸

Bouteflika acaba por expandir a civilização do seu regime aquando da resignação forçada do General Lamari, em 2004 e a mudança de cargo do General Larbi Belkheir⁴⁹ em 2005⁵⁰. Estas duas resignações acabam por simbolizar o declínio do poder e influência militar no regime. Nesta fase, o Presidente argelino acabou por manter para si mesmo o cargo de Ministro da Defesa, permitindo assim a substituição de vários comandantes regionais das Forças Armadas por uma geração mais jovem (Entelis, 2011).

Esta situação é possível devido à Constituição de 1996 onde se estipula que o Presidente é simultaneamente Presidente e Chefe Supremo das Forças Armadas Argelinas. Na prática, o

⁴⁶Para além desta posição neutral do exército, é de notar que nas eleições anteriores, devido à interferência militar, os resultados eleitorais eram conhecidos de antemão; situação que não aconteceu nas eleições de 2004 o que deu a entender uma maior abertura política e eleitoral (Bouandel, 2009).

⁴⁷O General Mohamed Lamari, assumia o cargo de Chefe Supremo das Forças Armadas Argelinas (Entelis, 2011).

⁴⁸Tradução livre, para português, do discurso original, em inglês encontrado em “*Bouteflika: The president-candidate*” de (Mortimer, 2006, p. 93).

⁴⁹O General Larbi Belkheir, um general reformado e figura importante do regime dominado pelo exército por ter sido um dos atores que forçou a resignação de Benjedid. Bouteflika afasta o mesmo do cargo de Diretor do Gabinete Presidencial nomeando-o embaixador de Marrocos (Entelis, 2011).

⁵⁰Devido a reformas constitucionais em 2008, Bouteflika torna-se elegível para uma recandidatura, o que permite a renovação para um terceiro mandato em 2009. O mesmo repete-se em 2014 (permitindo que Bouteflika ficasse no poder até 2019), e uma nova tentativa de recandidatura ocorre em 2019, neste caso para um quinto mandato presidencial (momento em surgem protestos populares contra um quinto mandato para Bouteflika) (Belay, 2020).

habitual seria os generais de maior *ranking* elaborarem e apresentarem propostas de nomeação para o cargo de Ministro da Defesa; tal não acontece com Bouteflika, uma vez que este não considerou estas nomeações e nomeou a si próprio para o cargo de Ministro da Defesa (Holm, 2005). Ainda durante o segundo mandato de Bouteflika subiste outra tentativa de desmilitarização argelina através do afastamento dos mais altos oficiais do exército. Desta vez, em meados de 2004 e 2005, o Presidente passa por afastar os militares do poder e reafirmar o papel central do órgão executivo em processos de tomada de decisão. Esta situação ocorreu devido a duas resignações de provenientes de altos escalões da hierarquia militar, passando desta forma a simbolizar o declínio relativo da influência militar vivida até então (Del Panta, 2014). Em novembro de 2005, o estado de saúde do Presidente Bouteflika agrava-se, levando a uma operação problemática e vários exames pós-operatórios cuja conclusão levou vários meses. O estado de saúde incerto do Presidente trouxe consigo questões sobre um processo de sucessão, colocando em causa a sua posição política vulnerável e capacidade de governação. Ainda assim, em 2008 o Parlamento aprovou uma emenda através da qual permitia uma recandidatura de Bouteflika para um terceiro mandato presidencial (Del Panta, 2014), esta emenda seria referente ao Artigo 74 da Constituição, na qual se constatava que o Presidente seria eleito para um mandato de 5 anos (Bouandel, 2009).

Durante o 3º mandato de Bouteflika (2009-2014), em 2013 o Presidente sofreu um acidente cardiovascular cerebral deixando-o em um estado de saúde muito débil e afastando-o do público levantando assim suspeitas sobre quem estaria verdadeiramente governando a Argélia. Neste sentido, devido à sua condição débil e aumento de vulnerabilidade, Bouteflika ficaria mais suscetível à manipulação de militares e elites políticas (Wolf, 2019). Contudo, desde meados de 2010 que se observou uma mudança nas dinâmicas de poder dentro do regime, visto que Bouteflika apresentava-se extremamente fraco, e por isso tentou concretizar uma sucessão política para o seu irmão mais novo, que acabara por falhar (Del Panta, 2014).

No 4º mandato presidencial de Bouteflika (2014-2019), em 2016 foram elaboradas reformas constitucionais de modo a limitar os mandatos presidenciais para apenas 2 mandatos; não obstante em 2019 Bouteflika planeava uma recandidatura para um 5º mandato presidencial (Belay, 2020). A permanência deste governante no poder levou à continuidade de protestos, e os militares que outrora o apoiavam, começaram a apoiar os

pedidos da população, apelando para a renúncia de Bouteflika, de modo a tomar posição e orientar uma transição política que melhor preservasse os seus interesses (Kubinec, Grewal, & Kilavuz, 2019). Surgem ainda sérias dúvidas quanto ao processo de sucessão e o papel dos militares nesse mesmo processo (Entelis, 2011). Devido à pressão exercida pela população argelina, que protestava nas ruas contra a recandidatura para um 5º mandato presidencial de Bouteflika, o mesmo acaba por decidir que não iria procurar uma nova reeleição, optando antes por propor uma revisão constitucional (Volpi, 2020). Nesta fase, Bouteflika é “substituído pelo Presidente do Senado” (Amasha & Yaylaci, 2020. p.3) argelino, iniciando-se assim a preparação para umas novas eleições (Amasha & Yaylaci, 2020). Subiste ainda a possibilidade do exército continuar o seu papel de força e dirigente de uma “democracia controlada” na Argélia, país no qual o poder é predominantemente exercido por um governo civil sob uma tutela controlada do exército e dos serviços de segurança (Carboni, 2020). De acordo com Ouaisa *et al.* (2021) para a concretização de uma transição democrática, é indispensável separar o exército e a política, e retirar a parte rentista do Estado e do *Le Pouvoir*.

3.4 O islamismo argelino

De acordo com o que afirma Sour (2016, p. 123), “a religião e a política argelina são influenciadas pela etnicidade e situação demográfica vivida”. Devido à afiliação a grupos religiosos pela sociedade argelina, a mesma produziu um movimento social assente no nacionalismo religioso⁵¹; na qual ainda se verifica a utilização da religião para legitimar a ideologia do Estado, na medida em que, se pretende fundamentar a “consolidação nacional e o controlo político” (Isani, 2020, p. 6). A adoção do islamismo por norma, revela-se através da não utilização da democracia. No entanto é de notar que alguns Estados islâmicos possuem certos mecanismos que os permitem aproximar da conceção de democracia (Jazouli, 2006). Face ao transporte por Sour (2018), os movimentos islâmicos argelinos podem ser consagrados através de uma tipologia demarcada pela utilização da violência ou não utilização violência, o tipo de movimento islâmico que representam e o tipo apoio que possuem. Ou seja: movimentos islâmicos violentos que assentam em islâmicos revolucionários possuem apoio transnacional enquanto que movimentos

⁵¹O nacionalismo religioso pode ser entendido como o resultado da “politização de uma pré-identidade religiosa” (Isani, 2020, p. 2).

islâmicos não violentos que por sua vez se subdividem em islâmicos políticos e islâmicos apolíticos, possuem apoio nacional (Sour, 2018).

Na sua gênese, os islâmicos argelinos encontram-se focados “na ideia de transferência de poder por meios não violentos concretizados por orientações políticas moderadas” (Sour, 2018, p. 13). Por outro lado, os radicais islâmicos apresentam-se como por prerrogativa díspar na qual se pretende uma reestruturação total do sistema, a nível estatal e societal, que deverá ocorrer através do terrorismo (Sour, 2016).

O islamismo é um fundamento sólido da Argélia independente, sendo proclamado como a religião oficial do Estado (Amasha & Yaylaci, 2020), através da constituição elaborada pela FLN (Isani, 2020). No pós-independência, o foco da criação do Estado independente centrou-se em dois elementos-chave: 1) reforço da soberania nacional e 2) aposta em matérias económicas que potenciem o crescimento económico do país. Face ao passado colonial demarcado pelas potências europeias no solo africano, surge uma negação dos valores ocidentais, e por isso rejeita-se a democracia e o multipartidarismo (Jazouli, 2006). Ainda devido à complexidade das relações entre a política e a religião argelina, subsiste uma necessidade de redefinição sobre o islamismo e tudo o que este comporta (Awad *et al.*, 2017).

As tendências para o islamismo resultam numa variedade de partidos políticos, com a mesma orientação, no entanto possuem enfoques diferentes. Estes enfoques são visíveis nas “estratégias para com o Estado, sociedade civil e ainda parceiros externos como a União Europeia” (Boubekour, 2007, p.1). É de notar que apesar da importância do islamismo, outros grupos religiosos demarcados pelo salafismo e sufismo⁵² começam a ganhar expressividade (Amasha & Yaylaci, 2020). Ainda assim, os partidos islâmicos conseguem moldar-se de acordo com as circunstâncias apresentadas, criando formas alternativas para a mobilização de agentes, avançando com a sua agenda e contestação estatal (Awad *et al.*, 2017). No caso argelino ocorre uma situação na qual o apoio governamental para com os grupos religiosos poderá “inadvertidamente aumentar a probabilidade de uma insurgência doméstica” (Isani, 2020, p. 3). Isto significa que quanto

⁵²No salafismo, “não existe um envolvimento com a política partidária porque os salafistas veem sistema como herético, e por isso proíbem revoltas contra o mesmo” (Amasha & Yaylaci 2020, p. 15). No caso dos sufistas, estes revelaram-se como agentes importantes participativos no Estado aquando da necessidade de contrabalanço com grupos de militares islâmicos, atuando como um grupo moderador (Amasha & Yaylaci, 2020).

maior for a tentativa de domínio e regulamentação dos agentes do Estado com o mesmo, por exemplo a nível de práticas, maior será a probabilidade de criar e aumentar bases de apoio contra o Estado (Isani, 2020). Note-se que, a formulação de uma crença contra o sistema político estatal, advém de uma posição meramente política, na qual a religião não deverá ser considerada parte integrante (Jazouli, 2006).

Os movimentos políticos islâmicos argelinos remontam aos dominados “movimentos reformistas de 1920” (Ghanem, 2019, p. 3). Na tradição clássica islâmica subsiste um vínculo individual, dos agentes islâmicos, ao Estado de Direito devido a um discurso que contrabalança imperativos morais e conscientes (Abou El Fadl, 2017). No período pós-independência, surgiu uma necessidade de criar uma legitimação religiosa, e para tal efeito o Estado argelino implementou o socialismo islâmico⁵³ (Ghanem, 2019). As bases de origem do islamismo encontram-se ainda enraizadas no imperialismo francês e no autoritarismo militar argelino, cujo papel no pós-independência funcionou como um suporte para a concretização de um Estado secular (Takeyh, 2003). Em termos ideológicos, islamitas e secularistas demarcam-se pela sua visão díspar. Para os islamitas a história argelina pode ser entendida através da *jihad*⁵⁴ de forma justa, para lutar contra o domínio francês. Só mais tarde entra o conceito de governo secularista. Para os secularistas, existe uma separação entre os terroristas e os islâmicos radicais, na qual estes se posicionam de forma oposta. No caso do governo secularista de Bouteflika subsiste uma ameaça inerente de terrorismo levando à criação de medidas específicas com a finalidade de construir uma reputação de Estado protetor para com os seus cidadãos (Šorm, 2020). Por outro lado, a oposição dominada pela FIS assume-se como “antissistema e anti discursos do regime” (Bustos, 2017, p. 8) tornando-se ainda crítica do regime socialista e secularista do pós-independência (Bustos, 2017).

A evolução do islamismo na Argélia fragiliza o funcionamento de um sistema político pluralista, uma vez que uma transição das relações entre Estado/islamismo poderia resultar em violência (Sour, 2016). Para além das questões como o islamismo, é de notar a variedade de culturas e etnias presentes na Argélia, que levaram à criação de um Estado cuja natureza se rege pelo multiculturalismo. No entanto, existe um conflito entre os

⁵³Este conceito reúne “a reconciliação dos princípios islâmicos com o discurso secular e modernista do governo” (Ghanem, 2019, p. 3).

⁵⁴De acordo com a lei islâmica e as bases teológicas, o conceito de *jihad* refere-se a uma luta cuja finalidade se traduz num louvor moral (Abou El Fadl, 2017).

argelinos árabes e os argelinos berberes⁵⁵, devido à imposição da adoção da identidade árabe à sociedade berbere (Tulga, 2020).

Um dos pontos fundamentais sobre a atuação dos grupos islâmicos na Argélia, encontra-se relacionada com a participação ou a não participação com o regime vigente e em que grau essa participação é concretizada. Face à fragmentação e oposição dentro dos grupos islâmicos, os próprios acabam por assumir posições díspares no que concerne a sua relação com o Estado (Amasha & Yaylaci, 2020).

De acordo com Sour (2016), os grupos islâmicos apresentam-se de três formas distintas: “1) *religious-political movements*, 2) *politico-religious movements* e 3) *radical islamist movements*” (Sour, 2016, pp. 127-128). A primeira forma traduz-se pela contraposição dum monopólio estatal que assenta num discurso islâmico. De modo a contornar esta situação, o “*welfare* islâmico, grupos religiosos” (Sour, 2016, pp. 127-128) e outras associações apostam numa reeducação islâmica, efetuada através de atividades de diversos âmbitos: culturais, educacionais, e ainda de caridade. Os “*politico-religious movements*” assentam na criação de estratégias de incentivo à participação da vida política, como por exemplo, a participação em processos eleitorais. Na sua génese são compostos por partidos políticos. Por fim, nos “*radical islamist movements*” pretende-se uma reestruturação total do sistema, a nível estatal e societal, que deverá ocorrer através do terrorismo (Sour, 2016). Em termos práticos, a criação e desenvolvimento da FIS gerou impacto na sociedade argelina – temática elaborada de forma mais detalhada capítulo [4.4 Os governos & o islamismo](#); conseguindo influenciar a opinião pública solicitando ainda eleições democráticas a nível parlamentar e a nível presidencial (Jazouli, 2006). O sistema político argelino comporta ainda “três partidos políticos islâmicos legalizados” de acordo com Boubekeur & Amghar (2006, p. 6); sendo esses: “1) O Movimento pela Reforma Nacional, 2) Movimento Renascentista Islâmico e 3) Movimento da Sociedade para o Movimento pela Paz”.

O período pós-Bouteflika é demarcado pela influência militar face aos destinos políticos argelinos. Ainda assim, o islamismo prevalece e consegue assumir uma posição importante na vida pública e, posteriormente política na Argélia (Ghanem, 2019).

⁵⁵Os berberes são “a comunidade mais antiga da região” (Tulga, 2020, p. 95). Durante a era colonial, os islamitas e berberes foram separados, contudo, na guerra da independência unificaram-se para cessar o domínio colonial francês. Devido à imposição do domínio árabe, surgem tensões entre berberes e islâmicos argelinos, presentes até ao dia de hoje (Tulga, 2020).

4 AS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA POLÍTICO ARGELINO

Dentro do sistema político argelino existe uma dificuldade acrescida em conseguir quantificar o grau de poder dos atores políticos, devido ao poder substancial que é exercido no *backstage* político por militares e elites económicas (Werenfels, 2013). Desta forma existe uma linha ténue, evidente, entre o regime civil e o domínio militar (Addi, 2001).

O conceito de elite, remonta à antiguidade Clássica, e para a atribuição de um estatuto social cuja finalidade é assumir um papel de destaque social relevante face ao resto da sociedade, por meio de “grupos e/ou organizações” (Garrido-Vergara, 2020, p. 15). O conceito de elite política relevante utilizado por Werenfels (2013) é mais inclusivo, na medida em que, se incorporam todos os agentes que possuem elevada influência em assuntos nacionais como matérias do setor educativo, privatização ou aumento de participação política. No caso de estudo argelino, esta situação pode ocorrer através da existência 3 círculos: o primeiro círculo, denominado de *inner circle* destina-se a figuras mais influentes como o Presidente, Diretor do Departamento de Inteligência e Segurança⁵⁶ e ainda outros agentes militares que possuam alguma conexão próxima ao Presidente, ao irmão do Presidente ou ao Ministro do Interior (Werenfels, 2013); o segundo círculo, denominado de círculo de clientes destina-se a clientes do *inner circle*. Ou seja, atores como o Primeiro-Ministro e outros Ministros considerados relevantes, acompanhados ainda por elites económicas e líderes partidários munidos de poder de veto substancial; verificando-se a sua ocorrência durante a era Bouteflika (Werenfels, 2013); e por fim, o terceiro círculo, denominado de *or outer* destina-se aos líderes partidários da oposição e líderes de sindicatos independentes. Isto é, atores que possuem um poder de aconselhamento limitado (Werenfels, 2013).

As dissemelhantes categorias da elite argelina, remontam na sua origem, para a situação colonial, pois esta diferenciação de elites baseou-se numa política de dividir e governar (Zoubir, 2020). Os *powerbrokers* centrais do regime: as elites económicas, políticas, militares (Wolf, 2019) e religiosas (Metz, 1993) operam no *backstage* político (Wolf, 2019). O poder do Estado argelino encontra-se enraizado numa dinâmica de poder de duas formas: 1) o poder soberano sem prestação de *accountability* perante as instituições estatais

⁵⁶Serviço de inteligência estatal argelino foi dissolvido em 2016 pelo Presidente Bouteflika dando lugar à Direção dos Serviços de Segurança (Werenfels, 2013).

e 2) o poder detido pelo governo, cuja *accountability* é prestada à ala militar (Addi, 2001). O interesse político das elites militares rege-se através da diminuição e/ou destruição da formação duma esfera pública em debates políticos, invocando frequentemente o seu legado histórico, devido ao papel da FLN na luta pela libertação argelina, ao mesmo tempo que não respeitam o Estado de Direito (Addi, 2001). Os *powerbrokers* do regime, exercem ainda o seu domínio sob a influência e controlo de candidaturas presidenciais; e nas quais as elites económicas, políticas e militares que operam no *backstage* político, mantiveram Bouteflika no poder durante tanto tempo, devido à sua crença, da falta de um novo líder adequado para a presidência (Wolf, 2019).

O quadro político argelino rege-se ainda através de várias elites participantes na política (Addi, 2001); ocorrendo situações nas quais: a imprensa argelina recebia apoio financeiro das elites militares com a finalidade destas tecerem elogios, que poderiam ter a sua origem em outras elites ou outras não elites, de forma a demonstrar que a ala militar possui o desejo de manter um papel ativo na política. Este desejo de papel ativo, acaba ainda por ser retratado de duas formas: 1) a falta de confiança dos cidadãos argelinos nas instituições políticas do Estado e poder civil e 2) o reconhecimento de um Estado cujo sistema político tem-se vindo a reger devido a um elemento imperativo: as Forças Armadas Argelinas, atuando neste sistema político por quatro décadas (Werenfels, 2007).

Devido ao passado histórico da Argélia e o papel fulcral desempenhado pelos militares na luta contra a ex-metrópole francesa, os militares começaram desde muito cedo a influenciar o processo de construção da nação argelina. Neste sentido o Estado não domina o exército, aliás verifica-se a situação reversa: é o exército quem domina o Estado (Zoubir, 2020). Apesar desta situação, das tentativas de consolidação civil de Bouteflika (Zeraoui, 2012) e da popularidade ganha devido à cessação da guerra civil e retorno da estabilidade⁵⁷, não devemos cair na falácia de assumir Bouteflika como um mero pião da estrutura militar, pois este ainda necessitava do apoio militar (Terranova, 2011). Quando Bouteflika foi eleito Presidente, em concordância com o regime estabelecido, dispunha de duas opções,: 1) submissão à lógica convencional do sistema político argelino, onde deveria obedecer aos poderes informais dos militares, apesar da sua autoridade formal sob os mesmos ou 2) recusa de submissão aos poderes informais dos militares, exercendo assim sua autoridade total sob as todas as instituições estatais incluindo o exército (Addi, 2001). Apesar de se

⁵⁷Esta situação refere-se às conflitualidades com os grupos islâmicos (Amasha & Yaylaci, 2020).

acreditar que Bouteflika conseguiu diminuir a influência militar, alguns acadêmicos ainda consideram que o afastamento militar é uma mera fachada devido ao facto de Bouteflika ser uma criação do exército (Terranova, 2011).

O domínio militar insere-se ainda na nomeação do Ministro de Defesa, seleção e promoção dentro das Forças Armadas argelinas, orçamento militar, e exercício de competência sob matérias do Saara Ocidental e da FIS (Addi, 2001). É de notar a relevância da ala militar no que concerne às tendências de gastos militares, existindo uma luta de poder entre Bouteflika e os militares: durante os anos de maior influência política de Bouteflika, a percentagem do PIB devoto às despesas militares apresentou um declínio. Aquando do estado de saúde não favorável do Presidente assiste-se a uma tendência reversa. Esta situação levou a que em 2013, a Argélia se tornasse no sétimo país mundial com mais gastos militares com as Forças Armadas, acabando ainda por ultrapassar os Estados Unidos da América e a Rússia (Del Panta, 2014). Todo o poder nacional e autoridade em processos de tomada de decisão encontra-se sob o domínio de uma determinada elite e um grupo de instituições, cuja caracterização define-se por uma tríada entre exército, partidos políticos e Estado (Metz, 1993).

Os grupos islâmicos ganharam a sua influência, em parte, devido à insuficiência económica estatal (Metz, 1993) contudo têm vindo a diminuir a sua influência no sistema político devido à tendência de enfoque no regime por oposição à sociedade argelina. Ou seja, os partidos islâmicos focam-se nas suas relações com o Estado, esquecendo-se de se relacionar e divergir a sua atenção para os interesses e necessidades dos civis argelinos (Ghanem, 2019).

4.1 Os governos e a organização militar

De acordo com Maquiavel em *O Príncipe*, “a política é marcada pela constante luta pelo poder entre os Homens, em oposição à sua unidade” como citado por (Winter, 2006, p. 118). No caso de estudo argelino, observa-se uma divisão do poder entre o legítimo militar e o executivo presidencial (Addi, 2001) levando assim a uma luta de poder; que por sua vez tornou-se visível logo no primeiro mandato de Bouteflika (1999-2004), entre o âmbito civil e o âmbito militar (Werfenfels, 2010) bem como uma tentativa de consolidação do poder civil sob o poder militar (Zeraoui, 2012) como explicado no capítulo [3.3 Era Bouteflika](#).

O maior desafio das relações civis-militares remonta para a criação de uma instituição militar forte o suficiente para concretizar todas as vontades dos civis, e subordinada o suficiente para apenas concretizar aquilo que é de vontade dos civis. Deste modo, enfrentamos uma problemática do âmbito civil-militar que pode ser traduzida através de um paradoxo: como tememos os outros, criamos uma instituição demarcada pela violência capaz de nos proteger, contudo acabamos por temer essa mesma instituição cujo objetivo é a nossa proteção. A principal finalidade militar é entendida através de uma necessidade na qual se utiliza o uso da força para atacar outros grupos, que sejam visualizados como uma ameaça, ou para evitar o ataque desses mesmos grupos (Feaver, 1996). Contudo, cada instituição criada com o fim de proteger o administrativo, acaba por possuir poder suficiente para se tornar uma ameaça a esse mesmo. Esta situação ocorre porque as comunidades não conseguem atender a todas as necessidades inerentes aos indivíduos, o que nos leva a ser dependentes de outros sujeitos ou instituições capazes de satisfazer as nossas outras necessidades. Em termos práticos, a delegação e os processos de decisão política correspondem a indivíduos na forma de líder ou líderes e a proteção societal forma-se em líderes ou instituições responsáveis pela violência (Feaver, 1999).

Subsiste ainda uma relação clara entre o poder militar e o impacto político no meio ambiente em que se insere, contudo é de notar que, o poder militar permite o desenvolvimento de relações políticas sem o uso da força (Freedman, 1998). Por outro lado, a influência militar reside ainda na ideia de que a instituição militar pode ser politicamente poderosa mesmo quando não recebe esse direito (Feaver, 1999). Sendo assim, qualquer instituição militar consegue exercer influência no sistema político através do seu papel político. Por sua vez, este papel político, de uma forma ativa, acaba por ser um questionamento sobre a sua forma de atuação e quantificação de influência exercida (Rüland, Manea, & Born, 2012).

As relações civil-militares abordadas na literatura podem ser compreensíveis através de duas premissas: 1) tensão ou o desejo de conseguir equilibrar os agentes militares e civis e 2) as condições perante as quais os militares intervêm na política ou se retiram da mesma (Kadercan & Kadercan, 2016, pp. 85-86). É de lembrar que todas as instituições militares desempenham papéis políticos sendo que se coloca em causa não se o corpo militar é ou não um agente político ativo, mas sim qual o seu grau e forma de participação. Esta questão pode ser identificada a partir de várias hipóteses: influência militar, pressão ou um

mecanismo de *displacement*. Através da influência, os militares utilizam canais constitucionais de modo divergir o conteúdo e direção de políticas conforme os seus interesses. Seguidamente, a pressão militar vai mais longe, uma vez que o corpo militar utiliza métodos como chantagem ou intimidação, ameaçando ainda a utilização do uso da força. Por fim, o *displacement* militar assenta na narrativa de “fracasso dos militares em defender as autoridades civis contra a violência ou a ameaça do uso da violência militar em contextos políticos fluídos” (Rüland, Born, & Manca, 2012, p. 81).

Uma das explicações para o intervencionismo militar relaciona-se com a estrutura política e institucional fraca quer a nível de regime quer a nível de Estado (Kadercan & Kadercan, 2016). Se a máquina institucional do Estado não se revelar imperativa o suficiente, o âmbito militar potencia de uma maior abertura no sistema político de modo a moldá-lo consoante as suas necessidades e interesses. Apesar do sistema político argelino ser consagrado pelo multipartidarismo, este não garante uma verdadeira participação dos cidadãos nas respetivas instituições políticas. Esta situação ocorre devido às elites governantes que não permitem a transformação do sistema político, cuja base se encontra vinculada a oficiais militares seniores, associados às Forças Armadas Argelinas (Ghanem-Yazbeck, 2018). Desta forma, nota-se um *continuum* de interações existentes entre membros militares e civis, uma vez que o controlo civil sob o militar nunca é absoluto e o controlo militar sob os políticos nunca é total (Rüland, Born, & Manca, 2012).

4.2 Sociedade civil e sociedade militar

De acordo com Gresle (2005) uma sociedade poderá ser definida meramente através da existência dum grupo. Isto é: um grupo, cujos elementos culturais que definem o propósito da existência desse mesmo, ainda não foram considerados fazendo com que o mesmo seja meramente um grupo.

Uma sociedade civil pode ser definida como “a totalidade de formações sociais voluntárias, procurando de forma pacífica um interesse ou uma paixão comum” (Northey, 2016, p. 3), exercendo assim influência a nível institucional devido a uma habilidade de condução comportamental esperada dos cidadãos, formulada através da oferta de soluções para problemas que a sociedade enfrenta, levando assim à hegemonia da sociedade civil (Lebel, 2007).

Uma sociedade militar poderá ser interpretada através da sua composição. Ou seja, uma sociedade na qual existem vários subgrupos pertencentes a diversas classes desde praças até altos oficiais do exército. Note-se ainda que o termo sociedade militar, apenas possui conotação se o mesmo se diferenciar dos outros grupos presentes na sociedade, devido à sua composição e funcionalidade (Gresle, 2005); podendo desta forma existir uma cultura militar, a partir da qual se verifica um “conjunto de ideias e perceções” (RA & Moore 2007, p. 302) através das quais se rege o comportamento militar em questões cuja autoridade reside no âmbito político, definindo deste modo “a forma na qual as operações militares são concretizadas” (RA & Moore 2007, p. 302).

As sociedades civis desempenham um papel nos regimes autoritários devido à sua habilidade de moldar a sociedade em que se inserem, consoante o desejado, ao mesmo tempo que conseguem promover transições de cariz pacífico (Northey, 2016). Contudo, poderá surgir a situação contrária, na qual, a sociedade civil acaba por apoiar golpes militares em vez de os tentar impedir. Esta situação ocorre face à formação dum Estado fraco que, para manter o seu poder e para se proteger a si próprio contra ameaças políticas da oposição, recorre ao corpo militar na forma de relações de patronagem⁵⁸ e de corrupção, de modo a garantir a sua posição (Lorch & Bunk, 2017). O âmbito militar acaba assim por prestar um serviço ao Estado, ao mesmo tempo que, entende a necessidade de controlar o âmbito civil. Isto leva a situação dual: 1) o exército torna-se no âmbito estatal hegemónico de poder e 2) matérias de defesa política tornam-se no protegido do exército na esfera pública política⁵⁹, encontrando-se deste modo fora de alcance para críticas do âmbito civil (Lebel, 2007).

Em países cujo árabe se revela um domínio importante, e que se encontram enraizados em regimes autoritários, a concretização da sociedade civil não conseguiu influenciar as bases autoritárias numa persecução pela democracia (Yom, 2005); como sugerido por Lorch & Bunk (2016) a sociedade civil e o associativismo acabam por conseguir ajudar a tornar os regimes autoritários mais resistentes, afastando os mesmos duma via democrática.

⁵⁸Estas relações de patronagem, podem ser traduzidas como uma tática política de modo a pagar pela lealdade de indivíduos muito próximos ao regime, comprometendo assim a concorrência e a oposição (Ghanem-Yazbeck, 2018).

⁵⁹A esfera pública política é considerada o centro da sociedade civil, através da qual, se discutem os interesses em comum ao grupo; de modo a seguir um determinado plano que molda o processo de decisão política e as identidades coletivas, e individuais da sociedade civil (Sela, 2007).

No caso argelino, o associativismo advém do quadro metodológico francês, a partir do qual se estabelece uma associação: privada e “por norma, sem fins lucrativos, e independente do Estado” (Liverani, 2014); que devido à luta pela independência, assentou numa necessidade inerente de unificação. Na prática, esta situação traduziu-se por “uma recusa em aceitar políticas, conflito, e pluralidade” (Northey, 2016, p. 5), levando a um elevado controlo estatal e diminuição das liberdades de associação sob as organizações (Northey, 2016). Apesar da adoção do multipartidarismo em 1989 ter potenciado uma abertura do regime, e um maior entusiasmo por parte da sociedade civil na criação de organizações, as mesmas ainda sofriam várias delimitações face à limitação de recursos monetários e liberdade de ação (Hamadouche & Zoubir, 2009); visto que o governo argelino empregava o medo como um mecanismo autoritário cuja finalidade era silenciar os grupos e a sociedade civil (Nyadera & Agwanda, 2019).

4.3 O profissionalismo militar

Uma profissão pode ser entendida através da relação entre um médico e um paciente, visto que cada parte integrante dessa relação assume um papel consoante a sua função e o seu conhecimento adquirido. Num âmbito genérico, o profissionalismo traduz-se por uma relação semelhante, mas entre profissionais e a comunidade em que se inserem; estando implícita a noção de que certas necessidades são concretizadas através das profissões, como é o caso militar (Downes, 1985); sendo ainda possível ainda verificar uma relação entre o nível de militarização profissional e a dimensão de intervenção na esfera do poder civil (Gwyn, 1990).

Na definição original de Samuel Huntington, o profissionalismo militar, como citado por (Robinson, 2017), assenta ainda em três características: 1) “esperteza” (Robinson, 2017, p. 386): isto é, a aquisição dum conhecimento singular sobre o meio onde se inserem; 2) “identidade corporativa” (Robinson, 2017, p. 386): a identidade militar assume-se através dum elemento diferenciador da identidade civil, no caso, a atuação comportamental regida por um código próprio; 3) “responsabilidade” (Robinson, 2017, p. 386): os membros da entidade militar sentem uma obrigação moral para com a sociedade onde se inserem (Robinson, 2017). Para além disso, Huntington, como citado por (Downes, 1985), afirma ainda que o corpo militar se encontra dotado de bases teóricas de conhecimento e

habilidades práticas, que permitem monopolizar matérias como “gestão de violência” (Downes, 1985, p 155) e “gestão da guerra” (Belkamel, 2014, p. 137).

O profissionalismo militar é ainda considerado como uma variante intrínseca dos regimes democráticos face à legitimação que estes recebem. Isto é, devido à realização de eleições livres, diretas, e periódicas para a eleição e formação do Governo, a componente militar é assim legitimada de forma instintiva (Vaz, 2001). Por outro lado, em Estados falhados⁶⁰, como exemplo vários países africanos – Guiné-Bissau, Etiópia, Guiné Equatorial, Mali – o estabelecimento do profissionalismo militar⁶¹ acaba por ser pouco eficaz, levando a uma situação doméstica vulnerável demarcada por lutas armadas (Asante, 2020). Em casos de democracias pouco consolidadas, o descontentamento militar pode ainda levar a um golpe estatal (Asante, 2020). Neste sentido, podemos observar que as intervenções militares, a nível político, encontram-se dependentes de dois fatores: 1) a estrutura do Estado em que se inserem e 2) uma oportunidade de intervenção. Note-se ainda que, na sua génese, o corpo militar influencia as dinâmicas dos processos de tomada de decisão, manifestando ainda interesse em matérias de segurança (Bove, Rivera, & Ruffa, 2020).

No pós-independência dos Estados africanos, os governos e líderes nacionais, falharam ao não beneficiar duma potencial reestruturação do corpo militar. Por oposição, mantiveram os mesmos sistemas políticos, demarcados pelo autoritarismo, levando à emergência de vários “desafios para o profissionalismo militar em África, como: questões étnicas e tribais nas Forças Armadas, persistência da politização militar, e fraqueza operacional” (Ouédraogo, 2014). No caso argelino, a literatura discute que a Argélia não entra na categoria de profissionalismo militar, visto que o corpo militar se trata apenas duma organização política com armas (Belkamel, 2014); sendo esta ideia apoiada por Bouteflika, num dos seus discursos sobre o exército, referindo que “A Argélia necessita de um profissionalismo militar”⁶² (Belkamel, 2014, p. 143).

⁶⁰Estados falhados são aqueles em que assistimos uma incapacidade de exercício de funções básicas inerentes dum Estado-Nação. Como tal, estes tornam-se perigosos, conflituosos, e perdem a sua autonomia e controlo o que acaba por aumentar a violência criminal, levando ainda a um fenómeno de centralização do poder na capital do Estado em questão ou numa zona muito específica (Rotberg, 2003).

⁶¹É ainda de notar que vários exércitos africanos são marcados pela sua falta de experiência e responsabilidade (Robinson, 2017).

⁶²Tradução livre, para português, do discurso original, em inglês encontrado em “*Military Regimes, Political Power and Human Rights Violations in Postcolonial Algeria*” (Belkamel, 2014, p. 143).

4.4 Os governos e o islamismo

A formulação do islamismo político não se limita a uma crença individual, sendo por isso entendida como uma forma a partir da qual se regem comportamentos sociais e políticos (Louden, 2015); uma vez que de acordo com o Artigo 2º da Constituição Argelina o islamismo é a religião do Estado⁶³. A questão islâmica pode ainda ser entendida através duma organização⁶⁴, cuja principal finalidade se destina a participar na política, de forma influente para ganhar poder político dentro do país em que se inserem (Brown, Hamzawy, & Ottaway, 2006). Em termos sociais, o islamismo, apresenta-se como uma alternativa praticável para os indivíduos pois manifesta-se através do conservadorismo, valores familiares e comunitários; atraindo desta forma vários eleitores, de diferentes âmbitos tais como o educacional, o de classe social, e ainda o de região geográfica (Louden, 2015).

Os grupos políticos islâmicos, distinguem-se pela sua “origem social e modo de atuação” (Ismail, 2004, p. 615). Isto é: num parâmetro geral os membros destes grupos, têm a sua origem numa classe social considerada baixa a média; estando, por isso, os seus interesses políticos marcados por matérias sociais e económicas, apoiadas pelo uso da violência. Os membros pertencentes à considerada classe social média, manifestam os seus interesses em matérias morais, de modo a criar um Estado e uma sociedade islâmica, mas sem uma sobreposição do poder político islâmico (Ismail, 2004). Duma forma geral, todos os grupos políticos islâmicos pretendem o estabelecimento dum mundo islâmico, regido por valores de “justiça, paz e segurança” (Mozaffari, 2007, p. 28) sem consideração por aspetos raciais ou religiosos. Este estabelecimento dum mundo islâmico poderá ocorrer ou não através de meios violentos (Mozaffari, 2007). É ainda de notar que as sociedades islâmicas privilegiaram a instauração do islamismo como um forma de resistência ao colonialismo e imperialismo europeu (Munson, 2000).

A concretização da *Sharī‘a* pode ser considerada como uma aplicação, por meios não democráticos, devido à lacuna da não existência dum governo próprio (Fadel, 2018); pois a lei islâmica advém da interpretação que é feita da mesma, das diferentes escolas (Brown *et*

⁶³Constituição Argelina, disponível na íntegra em: <https://aceproject.org/ero-en/regions/africa/DZ/algeria-constitution-with-the-amendments-of-10/view>.

⁶⁴É de notar que apesar do nível organizacional político dos grupos islâmicos, os mesmos ainda possuem o objetivo de incorporar as suas crenças e práticas religiosas; visto que em “todos os movimentos islâmicos pretende-se aplicar a *Sharī‘a* islâmica” (Brown *et al.*, 2006), ou lei islâmica que se rege através de várias escolas doutrinárias, assentando desta forma, num conjunto de regras e interpretações dessas mesmas escolas (Brown *et al.*, 2006).

al., 2006). O que acaba por tornar os resultados da aplicação da lei islâmica redundantes, independentemente se os mesmos se encontram de acordo com a *Sharī'a* ou não (Fadel, 2018). Aquando de experiências islâmicas falhadas, de modo a reiterar a sua posição e importância, os grupos islâmicos passam de tentar formar alianças com chefes autoritários para tentar formar alianças com revolucionários; passando ainda por uma tentativa de adquirir poder através dos processos eleitorais⁶⁵ (Jazouli, 2006). Contudo, a tendência para a adoção do islamismo, rapidamente chegou ao continente africano, tornando-se o mesmo “no segundo continente para qual o islamismo se expandiu” (Kettani, 2020, p. 241), apresentando assim valores muito elevados de adesão, sendo estimado 1.1 bilião de islâmicos africanos até ao ano de 2050 (Kettani, 2020).

Desde os anos 90 que os partidos políticos de carácter islâmico têm vindo a ganhar expressão na Argélia (Northey, 2016), como uma força opositora ao regime, caracterizada como “o maior desafio político-estatal” no pós-independência (Louden, 2015, p. 3). A tendência de aumento do islamismo no território argelino, acontece ainda no pós-independência, devido ao fenómeno migratório de judeus e imperialistas europeus; sendo que em 2014, 99.50% do território da Argélia era islâmico, o que representa um total de 38 740 indivíduos de índole islâmica (Kettani, 2020). A FIS, partido político de carácter islâmico, outrora sob a alçada de Abassi Madani, foi o partido político a obter maioria parlamentar nas eleições de 1992⁶⁶, na primeira volta eleitoral. Como resposta, o governo argelino assumiu duas posições: 1) recusa de elaboração da segunda volta eleitoral e 2) sob o pretexto que a FIS pretendia cessar a democracia praticada na Argélia, proibindo assim as atividades deste partido (Jazouli, 2006) – como explorado no capítulo [3.2 Pós-independência argelina](#). Esta situação ocorreu devido ao receio militar, dos islâmicos conseguirem uma maioria parlamentar na segunda volta, e desta forma obtendo a potencialidade de constituir governo; sendo esta uma situação não vantajosa ao corpo militar, pois iria enfraquecer o seu domínio político (Jazouli, 2006). Face à matéria de participação eleitoral islâmica, Salih (2009) argumenta que a participação dos partidos políticos islâmicos em eleições manifesta-se de acordo com a “qualidade de abertura da

⁶⁵Durante os anos 90, os partidos islâmicos necessitaram de elaborar uma autorreflexão sobre o meio governamental em que se inseriam de modo a prevenir qualquer repressão governamental que impedisse o seu crescimento, solicitando ainda reformas estatais (Brown *et al.*, 2006).

⁶⁶É de notar que: eventualmente, os partidos islâmicos encontram-se munidos por uma escolha em poder participar nos momentos eleitorais. Estas eleições, podem apresentar-se de 3 formas: “livres, imperfeitas, ou meramente simbólicas” (Salih, 2009, p. 29).

competição eleitoral e organizacional do seu partido” (Salih, 2009, p. 34) regidas ainda pela forma na qual os partidos conseguem retirar benefícios próprios (Salih, 2009). Ainda assim, devido ao escalar dos conflitos islâmicos argelinos nos anos 90, uma crise económica de gás e petróleo e ainda ataques terroristas, levou a que os militares no *backstage* político, tomassem conta da situação que acabou por diminuir o terrorismo na Argélia e aliviar as tensões dentro do país (Levtzion & Pouwels, 2000).

5 ANÁLISE DE INDICADORES

Em conformidade com os indicadores propostos no capítulo [1.2 Metodologia](#), é possível observar várias limitações inerentes ao caso de estudo: a nível político e social, existe um elevado domínio militar como um ator político, incapacitando uma reforma do sistema político argelino (Allouche *et al.*, 2019). De acordo com o relatório *Freedom in the World*, no que concerne aos Direitos Políticos e às Liberdades Civas para o período 1999-2019 encontram-se os seguintes valores, face aos momentos eleitorais:

- 1999-2000: período eleitoral que marca o início da era Bouteflika, e no qual a Argélia apresenta um *score* de 6 no que consta aos seus Direitos Políticos e um *score* de 5 no que consta às suas Liberdades Civas. Estes valores levam à conclusão que durante esse ano a Argélia não foi um país livre⁶⁷. Face às matérias eleitorais, Bouteflika era o candidato presidencial escolhido e apoiado pelo exército, que acabou por levar a 2 desfechos eleitorais: 1) vitória com maioria de votos e 2) desistência dos candidatos da oposição (Mortimer, 2006) o que acaba por questionar o exercício efetivo do multipartidarismo (Sadiki, 2020);
- 2004: período eleitoral e reeleição de Bouteflika, no qual o exército anunciou a sua neutralidade (Mortimer, 2006). No entanto, o território argelino ainda apresentava um *score* de 6 no que consta aos seus Direitos Políticos e um *score* de 5 no que consta às suas Liberdades Civas. O que permite concluir que durante esse ano a Argélia não foi um país livre⁶⁸. Conforme o transposto no relatório, sublinha-se a falta de participação real e livre do povo argelino devido à imposição militar⁶⁹;
- 2009: 3º momento eleitoral de Bouteflika, que levou a uma nova reeleição, e período temporal no qual se assiste ao declínio do estado de saúde do Presidente, após sofrer um acidente cardiovascular (Del Panta, 2014). Em conformidade com os Direitos Políticos durante esse ano, a Argélia continuou a apresentar um *score* de 6 e um *score* de 5 em termos de Liberdades Civas. Novamente, a Argélia

⁶⁷*Freedom in the World* 1999-2000 disponível na íntegra em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1999-2000 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201999-2000%20complete%20book.pdf). Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁶⁸*Freedom in the World* 2004, disponível na íntegra em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2004 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202004%20complete%20book.pdf). Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁶⁹*Freedom in the World* 2004, página 25, disponível na íntegra em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2004 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202004%20complete%20book.pdf). Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

apresentou um *status* de país não livre⁷⁰. Ainda de acordo com o transposto no relatório, os jornalistas nacionais argelinos são alvo de formas repressivas por parte do governo⁷¹, através do emprego do medo como um mecanismo de silenciar os grupos civis e a sociedade civil (Nyadera & Agwanda, 2019);

- 2014: apesar das reformas constitucionais que limitavam os mandatos presidenciais de 5 anos para 2 anos, Bouteflika planeava uma nova recandidatura para o cargo de Presidente (Belay, 2020). A tentativa e permanência de Abdelaziz levou a vários protestos por parte da população argelina que apelavam à sua renúncia (Kubinec *et al.*, 2019). Todos estes acontecimentos não surpreendem que o *score* argelino face aos Direitos Políticos seja um 6 e face às Liberdades Cívicas seja um *score* de 5. Mais uma vez, a Argélia não pode ser considerada como uma nação livre⁷²;
- 2019: face aos protestos contra uma nova reeleição, Bouteflika anuncia que não iria concorrer de novo para o cargo de Presidente (Volpi, 2020), contudo ainda é visível a influência e controlo militar sob o governo civil (Carboni, 2020). Os *scores* argelinos apresentam um 10 referente aos Direitos Políticos e um 24 referente às Liberdades Cívicas. Apesar duma subida face ao ano de 2014, a Argélia continua a não ser um país livre⁷³.

Num sistema político pretende-se um *equilibrium* entre os militares e os civis políticos de modo a que o exército se limite a atuar dentro da sua esfera, uma vez que, as finalidades das instituições militares surgem da necessidade de proteger o Estado e/ou a sua população de uma ameaça, devendo por isso apenas atuar em conformidade com as vontades do governo. Por esta razão, a literatura defende que devemos possuir uma instituição militar forte o suficiente para concretizar tudo o que os atores civis ambicionam ao mesmo tempo que esta instituição deve ser subordinada o suficiente para apenas concretizar o que é pedido, por parte dos atores civis (Feaver, 1996). Contudo, de acordo com os valores apresentados e explicações transpostas nos relatórios *Freedom in the World*, a Argélia não

⁷⁰*Freedom in the World* 2009, disponível na íntegra em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2009_complete_book.pdf. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁷¹*Freedom in the World* 2009, página 28, disponível na íntegra em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2009_complete_book.pdf. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁷²*Freedom in the World* 2014, disponível na íntegra em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/FIW2014%20Booklet.pdf>. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁷³*Freedom in the World* 2019, disponível na íntegra em: <https://freedomhouse.org/country/algeria/freedom-world/2019>. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

se consegue assumir como um país livre sobretudo devido ao domínio e imposição militar. Este domínio e esta imposição na vida política argelina leva ainda a várias limitações, quer monetárias quer de liberdade de expressão a organizações civis e sociedade civil no que consta à participação na vida política (Hamadouche & Zoubir, 2009). Apesar da abertura do regime e adoção do multipartidarismo (Hamadouche & Zoubir, 2009), os momentos eleitorais ainda são entendidos como manipulados pelas elites argelinas, que acabam também por decidir o destino político do país (Werenfels, 2007), levando ainda à recusa, por parte da oposição, na participação em momentos eleitorais devido a considerarem os mesmos uma fachada eleitoral (Buttorff, 2018).

Os militares conseguem ainda exercer a sua influência perante a imprensa privada argelina apesar de todos os esforços de Bouteflika em consolidar o poder civil sob o militar (Werenfels, 2007). Devido à subsistência de relações clientelísticas e de patronagem, utilizadas como uma tática política de modo a pagar pela lealdade de indivíduos muito próximos ao regime, comprometendo assim a concorrência e a oposição política, ao mesmo tempo que se apresentam como um elemento chave do sistema político argelino (Ghanem-Yazbeck, 2018). Ainda em termos de corrupção, é de notar que as críticas existentes ao regime, nomeadamente a altos oficiais do corpo militar, recebem a aprovação ou a não aprovação de superiores para poderem ser publicadas. Por norma o ator em questão, ou seja, o indivíduo alvo de crítica é quem decide a aprovação da publicação, com o objetivo de mais tarde esclarecer a mesma através de canais civis comunicativos como partidos políticos e *media* (Addi, 2001). Estas questões encontram-se iminentemente ligadas à corrupção, cujo organismo encarregue de elaborar o indicador *CPI* pretende colmatar. Através deste indicador, pretende-se avaliar o grau de corrupção na Argélia no período temporal 2012-2019⁷⁴, e no qual se obterem os seguintes resultados:

- 2012: 3º mandato consecutivo de Bouteflika, a partir do qual, se começa a assistir um declínio do estado de saúde do Presidente (Del Panta, 2014). De acordo com o *CPI*, ano no qual foram analisados 176 países, o grau de corrupção na Argélia era de 34 o que indica um Estado corrupto. Para além disso, ocupa ainda a posição 105 no *ranking* total de países analisados⁷⁵;

⁷⁴Note-se que devido à alteração da metodologia do *CPI*, só é possível comparar valores a partir de 2012, conforme o explorado no capítulo [1.2 Metodologia](#).

⁷⁵*CPI* referente a 2012, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2012/index/dza>. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

- 2013: ainda durante o 3º mandato presidencial de Bouteflika, o mesmo sofre um acidente cardiovascular, desaparece da cena política pública devido ao seu estado de saúde débil, deixando em aberto quem estaria verdadeiramente a governar a Argélia (Wolf, 2019). Face ao *CPI*, e da análise de 177 países, o grau de corrupção argelino encontra-se com um valor de 36 o que indica um Estado corrupto; ocupando ainda a posição 94 no *ranking* total de países analisados⁷⁶;
- 2014: ano eleitoral, e no qual Bouteflika inicia o 4º mandato como Presidente da Argélia (Belay, 2020). De acordo com o *CPI*, sendo analisados 175 países, o grau de corrupção no território argelino era de 36 indicando novamente que estamos perante um Estado corrupto, que desta vez ocupa a posição 100 no *ranking* total de países analisados⁷⁷;
- 2015: neste ano, ainda durante o 4º mandato de Abdelaziz (Belay, 2020), o grau de corrupção argelino, de acordo com o *CPI* e a análise de 168 países, apresenta um valor de 36, ou seja, um Estado corrupto, cuja posição no *ranking* total de países analisados era a n.º88⁷⁸;
- 2016: ano no qual foram elaboradas reformas constitucionais de modo a limitar o número de mandatos presidenciais de 5 para 2 (Belay, 2020). Apesar desta reforma o grau de corrupção, de acordo com o *CPI* numa análise total de 176 países, era de 34 indicando um Estado corrupto, e ocupando ainda a posição 108 no *ranking* total dos países analisados⁷⁹;
- 2017: a permanência de Bouteflika no poder levou a vários protestos (Kubinec *et al.*, 2019) motivados por suspeitas sobre quem estaria verdadeiramente governando a Argélia (Wolf, 2019). Face a estes acontecimentos, não é surpreendente que o *CPI* argelino, num total de 180 países, apresente um *score* de 33 apresentando-se como um Estado corrupto, ocupando ainda a posição 112 no *ranking* total de países analisados⁸⁰;

⁷⁶*CPI* referente a 2013, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2013/index/dza>. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁷⁷*CPI* referente a 2014, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2014/index/dza>. Fonte utilizada no dia 14-05-2021.

⁷⁸*CPI* referente a 2015, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2015/index/dza>. Fonte utilizada no dia 15-05-2021.

⁷⁹*CPI* referente a 2016, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2016/index/dza>. Fonte utilizada no dia 15-05-2021.

⁸⁰*CPI* referente a 2017, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2017/index/dza>. Fonte utilizada no dia 15-05-2021.

- 2018: para além da continuação dos protestos, pondera-se quanto ao processo de sucessão argelino e o papel dos militares nesse mesmo processo (Entelis, 2011). De 108 países analisados pelo *CPI*, a Argélia comporta um *score* de 35, o que significa que o mesmo é um Estado corrupto, ocupando assim a posição 105 no *ranking* total de países analisados⁸¹;
- 2019: face à pressão exercida pela população argelina, Bouteflika decidiu que não iria procurar uma nova reeleição, para um 5º mandato presidencial (Volpi, 2020). De acordo com o *CPI*, sendo analisados 180 países, o *score* da Argélia foi de 35, permanecendo um Estado corrupto, ocupando ainda o lugar 106 no *ranking* total de países analisados.⁸²

Face aos valores apresentados é possível concluir que a durante o período temporal analisado (2012-2019), correspondendo à governação de Abdelaziz Bouteflika, a Argélia permaneceu um Estado corrupto com *scores* baixos e posições elevadas nos *rankings* totais de países analisados. Mesmo após a resignação de Bouteflika, a instituição militar continuou a invocar o seu legado, de modo, a manifestar a sua importância. Os militares aproveitaram ainda esta situação para se posicionarem na linha de frente, apesar da sua governação no *backstage* político; ordenando ainda a captura e acusação de várias figuras não populares do regime com o fundamento de corrupção, ao mesmo tempo que continuavam a negar reformas democráticas. Esta situação acaba por agitar ainda mais a população e intensifica os protestos contra a corrupção e a dominação política dos militares (Allouche et al., 2019). Por outro lado, os protestos de 2019 demonstraram outra oportunidade perdida para os grupos políticos islâmicos visto que estes aguardaram que a população se mostrasse descontente com Bouteflika para vocalizarem a sua opinião, falhando assim em obter apoio popular. A forma como os políticos islâmicos se manifestaram perante esta situação, acabou ainda por reforçar a perspectiva dos cidadãos argelinos de que os próprios interesses, dos grupos islâmicos, irão sempre prevalecer sob o interesse público (Ghanem, 2019). A nível político e social, existe ainda um elevado domínio militar como um ator político incapacitando a reforma do sistema político argelino, apelado pela população nos protestos de 2019 (Allouche et al., 2019). Desta

⁸¹*CPI* referente a 2018, disponível na íntegra em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2018/index/dza>. Fonte utilizada no dia 15-05-2021.

⁸²*CPI* referente a 2019, disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/index/dza>. Fonte utilizada no dia 17-05-2021.

forma, conclui-se que as dinâmicas de poder durante a governação de Bouteflika se regerem por um duo entre o Presidente e os militares, e uma tentativa empírica de consolidação do poder civil sob o militar. Não obstante, a Argélia apresenta domínios necessitados de uma reforma e consequente transição democrática, só possível aquando da cessação do domínio militar e elites subsequentes.

6 CONCLUSÃO

O caso de estudo argelino, relativo às dinâmicas de poder do sistema político durante a governação de Abdelaziz Bouteflika, define-se através dum mecanismo duplo: autoritarismo e influência militar na política. Por vezes este mecanismo sofre ainda a influência de outros atores como elites económicas, e/ou grupos religiosos que tentam influir o domínio político consoante a sua vontade para ganhos pessoais. Já o âmbito militar, consegue reiterar a sua posição, sobretudo, através do emprego do argumento onde destacam o seu papel heroico de salvação na luta da independência argelina. Desde então que os militares estabeleceram uma posição sólida no sistema político argelino, atuando ainda como um ator político decisivo que se mantém ativo e forte até aos dias de hoje.

A finalidade desta investigação traduz-se pela necessidade inerente em descobrir “Quais são as dinâmicas de poder vigentes no sistema político argelino durante a Era Bouteflika?”, sendo as mesmas exploradas ao longo deste trabalho de modo a potenciar não só uma resposta para a questão de investigação, como também potenciar uma análise do funcionamento do sistema político argelino. De forma descomplicada, durante o período temporal estabelecido (1999-2019), o poder político vigorou através de oscilações entre o poder civil, exercício pelo Presidente, e o poder militar, exercício pelos militares. Apesar destas oscilações de poder, é de notar a presença da religião representada através de grupos islâmicos tenta de certa forma aferir a vida política dos cidadãos argelinos.

No espectro político é possível encontrarmos regimes democráticos e regimes não democráticos. Por outro lado, os regimes considerados autoritários são um subtipo dos regimes não democráticos e cujas características coincidem com as características do funcionamento do sistema político argelino. Este regime é ainda demarcado pela instabilidade, levando à conceção que se trata dum Estado fraco; a presença militar levamos para a categorização dos regimes militares. Neste último, destaca-se a especificidade e profissionalismo que é exercida pelos militares cujo apoio advém das Forças Armadas. No caso argelino, face ao estabelecimento dum sistema político semipresidencial apoiado num regime autoritário, com influência militar e domínio do *Le Pouvoir*, os poderes políticos sofrem uma repartição, isto é: poderes formais, estabelecidos na Constituição de modo a serem exercidos na sua plenitude pelo Presidente; e poderes reais, que são exercidos na prática pelo Presidente devido a esta influência militar e subsistência de elites. Ainda de acordo com os regimes militares, os mesmos possuem uma categorização própria que

assenta em várias modalidades. A presença duma oligarquia e burocracia torna a Argélia um Estado marcado por relações de patronagem e clientelistas, nas quais os blocos de poder militar e *Pouvoir* assumem uma posição imperativa. É a partir destas duas organizações que se permite obter benefícios e lucros pessoais para os seus membros, e que participam na vida política consoante os seus interesses.

O sistema político argelino comporta as provisões legais, em termos eleitorais, para funcionar de uma forma democrática. Teoricamente os momentos eleitorais funcionam na base do multipartidarismo e com a presença de eleições livres, justas e formuladas de forma periódica. Na prática os momentos eleitorais, analisados ao longo da investigação, revelam exatamente a situação oposta visto que os militares e o *Le Pouvoir* aproveitam esta oportunidade para reiterar a sua posição de domínio político manifestando apoio a um determinado candidato à presidência, acabando esse mesmo por sair vitorioso. Apenas nas eleições de 2004 os militares emitiram declarações a expressar a sua neutralidade, situação nunca antes ocorrida visto que os militares comportam domínio político em matérias eleitorais desde a independência. A colonização da Argélia regeu-se pela presença francesa após o exército francês prestar auxílio na guerra contra o Império Otomano, a favor dos argelinos, e acabando por se estabelecerem em terras argelinas. Contudo, as relações entre os colonizadores e os colonizados acabaram por não ser as melhores, levando à existência de vários episódios de violência e em última instância à guerra dos oitos anos que cessou o domínio imperial francês. A conceção do pan-africanismo manifestou-se por toda a África como um movimento de união e solidariedade mútua para com Estados recém-independentes sendo para tal criada a Organização da Unidade Africana.

Numa Argélia independente e cuja independência ocorreu essencialmente devido ao apoio militar da FLN, a mesma estabeleceu-se no país e nos seus vários domínios. É exemplo disto, o primeiro Presidente argelino que fora um Coronel (Coronel Ahmed Ben Bella) seguido de outras figuras militares, ex-militares ou com ligações militares a assumirem o mesmo cargo; sendo esse o caso de Bouteflika. As eleições de 1999 que marcam o início do seu longo mandato de 20 anos deveram-se ao apoio militar, e à crença que o mesmo seria capaz de resolver fundamentalmente 2 problemas: 1) cessar de vez os conflitos com as entidades islâmicas e 2) projetar uma boa imagem internacional do regime argelino, que seria possível face ao seu cargo anterior de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Durante todo o seu mandato, Bouteflika, tentou consolidar o seu poder formal civil estabelecido na

Constituição face ao poder real que era exercido pelos militares. Neste campo, as estratégias utilizadas para criar uma esfera civil foram reformas antecipadas a oficiais militares, ou até mesmo a renovação do círculo íntimo ao Presidente com indivíduos da sua confiança e até mesmo familiares. Contudo, a permanência de Bouteflika no poder, mesmo após os seus graves problemas de saúde e conseqüente desaparecimento da cena pública política, começaram a levantar suscetibilidades sobre quem estaria governando a Argélia, levando à criação do movimento *The Hirak* que se opunha a uma recandidatura para um quinto mandato presidencial. Este movimento manifestou-se como uma oportunidade para os grupos islâmicos reiterarem a sua posição e aumentarem a sua influência, que fora ganha em parte devido à falta de mecanismos económicos estatais nos anos 90 que levaram a uma crise económica. Os grupos islâmicos enquadram-se ainda nos *powerbrokers* centrais do regime argelino. De acordo com o transposto no Artigo 2º da Constituição, o islamismo é a religião oficial do Estado, sendo possível observar desde logo a sua importância na manutenção da vida política. A relação do islamismo com o Estado argelino desenvolve-se consoante o seu grau de participação na esfera política, no entanto, face a este foco nas relações a desenvolver com o Estado os grupos islâmicos acabam por negligenciar as vontades dos cidadãos; priorizando assim os seus próprios interesses. Em termos eleitorais, a participação islâmica detora-se mediante o grau de abertura para competir com outros partidos e mediante a estrutura interna do seu partido; estando ainda interligadas à forma a partir da qual conseguiriam retirar proveitos próprios.

Os indicadores propostos da *Freedom House* e *CPI*, e valores analisados demonstram vários valores negativos ligados ainda ao sector da corrupção no qual os militares encontram-se ativos, no *backstage* político, como mais uma forma de reiterarem a sua posição política. Em termos de sociedade civil, a mesma não é concretizada na sua plenitude por falta de capital monetário e, conseqüente liberdade de ação.

Num sistema político pretende-se que exista um *equilibrium* entre a esfera política e militar, sem interferência mútua, de modo a que cada entidade se dedique às suas funções. Como foi possível observar ao longo desta investigação, os militares pertencem aos *powerbrokers* centrais do regime, com maior expressão sendo ainda integrantes do duo de dinâmicas de poder no qual se regeu a presidência de Bouteflika.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramowitz, M., Atwood, B., Brzezinski, Z., Collier, P., Daniels, E., M., Dobrianksy, P., ..., Sauber, R. Freedom in the World 1999-2000. (2000). Retrieved from https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1999-2000_complete_book.pdf
- Acemoglu, D., Ticchi, D., & Vindigni, A. (2010). A Theory of Military Dictatorships. *American Economic Journal: Macroeconomics* 2(1):1–42. doi: 10.1257.
- Addi, L. (2001). Army, State and Nation in Algeria. In L. *The Military and Nation* Koonings, Kruijt (Ed.), *Building in the Age of Democracy* (pp. 159-178). Retrived from <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00398637/document>
- Aissaoui, R., & Eldrigde, C.. (2017). *Algeria Revisited: History, Culture and Identity*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Bloomsbury.
- Allouche, Y., Alloui, R., Boubekour A., Ford, R., Ghanem, D., Ghebouli, ... Francis Werenfels, I. (2019). Is a Democratic Transition Possible in Algeria? *Project on Middle East Democracy*, (pp. 1–12).
- Amasha, M., & Yaylaci, I. (2020). Islamist Movements and Parties in the Algerian Uprising. *Islamism and The Second Wave of the Arab Spring: Algeria and Sudan*, (pp. 3-30).
- Anon. n.d. The Dominance of the Military Bureaucratic Oligarchy.
- Applegate, R., A., D., & Moore, R., J. (2007). The Nature of Military Culture. *Defense Analysis* 6(3):302–5. doi: 10.1080/07430179008405460.
- Armstrong, D., Bello, V., Gilson, J., & Spini, D. (2011). *The Role of Civil Society in Regional Governance in the Middle East*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Arshad. (2017). Challenges to Democratization Process in Algeria. *Contemporary Review of the Middle East* 4(3):254–77. doi: 10.1177/2347798917711295.
- Asante, R. (2020). Democratic Civil-Military Bargain: Examining the Ghanaian Experience. *Civil Wars* 22(2–3):333–52. doi: 10.1080/13698249.2020.1730641.
- Awad, M., Özkan, B, Fair, C. C., Swami, P., Sakthivel, V. & Alaaldin, R. (2017). Current Trends In Islamist Ideology. Retrived from <https://www.hudson.org/policycenters/6-current-trends-in-islamist-ideology>
- Barclay, F., Chopin, C., A., & Evans, M. (2017). Introduction: Settler Colonialism and French Algeria. *Settler Colonial Studies* 8(2):115–30. doi: 10.1080/2201473X.2016.1273862.
- Belkamel, Y. (2014). *Military Regimes, Political Power and Human Rights Violations in Postcolonial Algeria*. (Doctoral dissertation, University of Waikato). Retrived from <https://researchcommons.waikato.ac.nz/handle/10289/8573>
- Bouandel, Y. (2003). Political Parties and the Transition from Authoritarianism: The Case of Algeria. *Journal of Modern African Studies* 41(1):1–22. doi: 10.1017/S0022278X02004123.
- Bouandel, Y. (2004). Algeria’s Presidential Election of April 2004: A Backward Step in the Democratisation Process or a Forward Step towards Stability? *Third World*

- Quarterly* 25(8):1525–40. doi: 10.1080/0143659042000308500.
- Bouandel, Y. (2009). Algeria's Presidential Election of April 2009. *Mediterranean Politics* 14(2):247–53. doi: 10.1080/13629390902990893.
- Boubekeur, A. (2007). Political Islam in Algeria. In CEPS Working Documents (pp. 1-12). doi: 10.2139/ssrn.1338008.
- Boubekeur, A., & Amghar, S. (2006). Islamist Parties in the Maghreb and Their Links with the EU: Mutual Influences and the Dynamics of Democratisation. Report No. 55. Retrieved from <https://www.euromesco.net/wp-content/uploads/2017/10/200610-EuroMeSCo-Paper-1.55.pdf>
- Bove, V., Rivera, M., & Ruffa, C. (2020). Beyond Coups: Terrorism and Military Involvement in Politics. *European Journal of International Relations* 26(1):263–88. doi: 10.1177/1354066119866499.
- Brooker, P. (2014). *Non-Democratic Regimes*. Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan
- Brown, J., N., Hamzawy, A. & Ottaway, M. (2006). Islamist Movements and the Democratic Process in the Arab World: Exploring the Gray Zones. *Carnegie Papers*. Retrieved from https://carnegieendowment.org/files/cp_67_grayzones_final.pdf
- Brumberg, D. (1991). Islam, Elections, and Reform in Algeria. *Journal of Democracy* 2(1):58–71. doi: 10.1353/jod.1991.0006.
- Büente, M. (2011). Burma's Transition to "Disciplined Democracy": Abdication or Institutionalization of Military Rule?, 177, 1-32. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/resrep07514?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Bustos, R. (2017). Algerian Islamism: Analysis of Elites and Resources in Major Political Parties and Social Movements (1990–2016). In Izquierdo, F., Etherington, J., & Feliu, L. (Eds), *Political Islam in a Time of Revolt* (pp 1-19). Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Buttorff, J., G. (2018). Opposition Boycotts in Algeria. In Buttorff, G (Ed), *Authoritarian Elections and Opposition Groups in the Arab World* (pp 1-194). Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Carboni, A. (2020). *Essays on Political Elites and Violence in Changing Political Orders of Middle East and Africa*. (Doctoral dissertation, University of Sussex). Retrieved from <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/42790>
- Cavatorta, F. (2002). The Failed Liberalisation of Algeria and the International Context: A Legacy of Stable Authoritarianism. *Journal of North African Studies* 7(4):23–43. doi: 10.1080/13629380208718481.
- Chafer, T. (2002). *The End of Empire in French West Africa: France's Successful Decolonization?* Londres, Reino Unido: Bloomsbury
- Collin, H, P. (2004). *Dictionary of Politics and Government*. Londres, Reino Unido: Bloomsbury.
- Constituição da Argélia. (2021). Retrieved from <https://aceproject.org/ero-en/regions/africa/DZ/algeria-constitution-with-the-amendments-of-10/view>

- Creswell, W. J., & Creswell, D., J. (2018). *Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Sage Publications.
- Croissant, A., & Kamerling, J. (2013). Why Do Military Regimes Institutionalize? Constitution-Making and Elections as Political Survival Strategy in Myanmar. *Asian Journal of Political Science* 21(2):105–25. doi: 10.1080/02185377.2013.823797.
- Cummings, D. (2018). Civilising the Settler: Unstable Representations of French Settler Colonialism in Algeria. *Settler Colonial Studies* 8(2):175–94. doi: 10.1080/2201473X.2016.1273869.
- Decalo, S. (1973). Military Coups and Military Régimes in Africa. *The Journal of Modern African Studies* 11(1):105–27. doi: 10.1017/S0022278X00008107.
- Del Pantà, G. (2014). Why Did Not Authoritarian Regime Fall in Algeria? *Challenges of Political Transition in the Middle East: Internal and External Factors and Actors* 1, 1–25.
- Downes, C., J. (1985). “To Be or Not To Be a Profession: The Military Case.” *Defense Analysis* 1(3):147–71. doi: 10.1080/07430178508405201.
- Entelis, P., J. (1996). Islam, Democracy, and the State: The Reemergence of Authoritarian Politics in Algeria. In Jonh Ruedy (Ed.) *Islamism and Secularism in North Africa* (pp. 219-251). Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Entelis, P., J. (2011). Algeria: Democracy Denied, and Revived? *Journal of North African Studies* 16(4):653–78. doi: 10.1080/13629387.2011.630878.
- Entelis, P., J., & Arone, J., L. (1992). Algeria in Turmoil: Islam, Democracy and the State. *Middle East Policy* 1(2):23–35. doi: 10.1111/j.1475-4967.1992.tb00031.x.
- Fadel, M. (2018). Political Legitimacy, Democracy and Islamic Law: The Place of Self-Government in Islamic Political Thought. *Journal of Islamic Ethics* 2(1–2):59–75. doi: 10.1163/24685542-12340015.
- Feaver, D., P. (1996). The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control. *Armed Forces & Society* 23(2):149–78. doi: 10.1177/0095327X9602300203.
- Feaver, D., P. (1999). Civil-military relations. *Annual Review of Political Science* 2(1):211–41. doi: 10.1146/annurev.polisci.2.1.211.
- Finer, E., S. (2002). *The Man on Horseback: The Role of Military in Politics*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Freedman, L. (1998). Military Power and Political Influence. *International Affairs* 74(4):763–80. doi: 10.1111/1468-2346.00044.
- Freedom House. (2021). Freedom in the World Research Methodology. Retrieved from <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>
- Freedom House. (2021). *Freedom in the World 2014*. Retrieved from <https://freedomhouse.org/sites/default/files/FIW2014%20Booklet.pdf>
- Freedom House. (2021). Freedom in the World 2019 Algeria. Retrieved from <https://freedomhouse.org/country/algeria/freedom-world/2019>

- Gandhi, J., & Przeworski, A. (2007). Authoritarian Institutions and the Survival of Autocrats. *Comparative Political Studies*, 40(11):1279–1301. doi/10.1177/00104007305817
- Garrido-Vergara, L. (2020). *Species of Capital in the Political Elite: Who Rules in Chile?* Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan
- Geddes, B., Frantz, E. & Wright, G., J. (2014). Military Rule. *Annual Review of Political Science* 17:147–62. doi: 10.1146/annurev-polisci-032211-213418.
- Geddes, B., & Zaller, J. (1989). Sources of Popular Support for Authoritarian Regimes. *American Journal of Political Science* 33(2):319–47. doi: 10.2307/2111150.
- Gerring, J. (2004). What Is a Case Study and What Is It Good For? *The American Political Science Review* 98(2):314–54. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/4145316?origin=JSTOR-pdf&seq=1>
- Ghanem-Yazbeck, D. (2018). Limiting Change. Limiting change through change the key to the Algerian Regime’s Longevity. *Carneige Middle East Center*, 1-29. Retrieved from https://carnegieendowment.org/files/CMEC_70_Yazbeck_Algeria_Final.pdf
- Ghanem, D. (2019). The Shifting Foundations of Political Islam in Algeria. *Carneige Middle East Center*, 1-17. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/resrep20971.1?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Giner, S., & Homs, O. (2018). The Concept of Nation, Today. *Catalan Social Sciences Review* 0(0):1–10. doi: 10.2436/20.3000.02.38.
- Goldsworthy, D. (1981). Civilian Control of the Military in Black Africa. *African Affairs* 80(318):49–74. doi: 10.1093/oxfordjournals.afraf.a097301.
- Goodman, E., J. & Silverstein, A., P. (2009). *Bourdieu in Algeria: Colonial Politics , Ethnographic Practices , Theoretical Developments*. Nebraska, Estados Unidos da América: Univeristy of Nebraska Press.
- Gebremichael, M., Tazi, C., Cynthia, H., Soumahoro, M., Shifa, M., Mukwakwa, P., C., & Belay, Tsion. (2020). *Algeria Conflict Insight*. Retrieved from <https://media.africaportal.org/documents/ALGERIA-Conflict-Insights-.pdf>
- Gresle, F. (2005). The ‘Military Society’ Its Future Seen Trough Professionalization. *Revue Française de Sociologie*, 46(5), 37–57. doi: 10.3917/rfs.465.0037.
- Gurses, M., & Mason, D., T. (2010). Weak States, Regime Types, and Civil War. *Civil Wars* 12(1–2):140–55. doi: 10.1080/13698249.2010.492952.
- Gwyn, J., H. (1990). The Concept of Military Professionalism. *Defense Analysis* 6(2):117–30. doi: 10.1080/07430179008405441.
- Hachemaoui, M. (2011). La Corruption Politique En Algérie: L’envers de l’autoritarisme. *Esprit* (375):111–35. doi: 10.3917/espri.1106.0111.
- Hadenius, A., & Teorell, J. (2006). *Authoritarian Regimes: Stability, Change, and Pathways to Democracy, 1972-2003*. Retrieved from <https://kellogg.nd.edu/documents/1639>
- Hamadouche, D-A., L., & Zoubir, H., A. (2009). Pouvoir et Opposition En Algérie: Vers Une Transition Prolongée? *L’Année Du Maghreb*. 5, 1-15. doi:

10.4000/anneemaghreb.535

- Heckeberg, T. (2011). Political Systems and Regimes. *Centre Europeen Robert Schuman* 04, 1–8. Retrived from <http://www.centre-robert-schuman.org/userfiles/files/REPERES%20-%20module%204-0%20-%20explanatory%20notes%20-%20Political%20systems%20and%20regimes%20-EN%20.pdf>
- Hill, J., N., C. (2009). Decolonization and the Challenges of Independence in Modern Algeria. *Intelligence and National Security* 24(4):612–22. doi: 10.1080/02684520903069538.
- Holm, U. (2005). Algeria: President Bouteflika’s Second Term. *Mediterranean Politics* 10(1):117–22. doi: 10.1080/1362939042000338881.
- Hubbell, L., A. (2017). *Remembering French Algeria*. Nebraska, Estados Unidos da América: Nebraska University Press.
- Huntington, P., S. (2000). *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Londres, Reino Unido: The Belknap Press of Harvard Univeristy Press.
- Investopedia. Corruption Perceptions Index (CPI). Retrived from <https://www.investopedia.com/terms/c/corruption-perception-index.asp>
- Isani, A., M. (2020). Religion, Rationalism and Civil War: The Case of Algeria. *African Security Review* 29(4):346–63. doi: 10.1080/10246029.2020.1843510.
- Ismail, S. (2004). Being Muslim: Islam, Islamism and Identity Politics. *Government and Opposition* 39(4):614–31. doi: 10.1111/j.1477-7053.2004.00138.x.
- Japhet, M. (1978). Military Coups and Military Regimes in Africa. *The Journal of Modern African Studies*, 8(4), 1-12. doi: 10.5787/8-4-756
- Jazouli, A. (2006). *Islam, Democracy and Governance in the North African Countries*. Indiana, Estados Unidos da América: iUniverse.
- Joffé, G. (2020). Shame-Faced No Longer? *Journal of North African Studies* 25(2):159–66. doi: 10.1080/13629387.2020.1709329.
- Kadercan, T., P., & Kadercan, B. (2016). The Turkish Military as a Political Actor: Its Rise and Fall. *Middle East Policy* 23(3):84–99. doi: 10.1111/mepo.12219.
- Kailitz, S. (2013). Classifying Political Regimes Revisited: Legitimation and Durability. *Democratization* 20(1):39–60. doi: 10.1080/13510347.2013.738861.
- Khaled, E., F., A. (2017). Islamic Law, Jihad and Violen. *Journal of Islamic and Near Eastern Law* 16(1):1–20. Retrived from <https://escholarship.org/uc/item/1sj0m31p>
- Kettani, H. (2020). *The World Muslim Population: Spatial and Temporal Analyses*. Singapura: Jenny Stanford Publishing.
- King, J., S. (2021). Invisibility and Negrophobia in Algeria. *Arab Reform Initiative*, 1-14. Retrived from https://www.arab-reform.net/wp-content/uploads/pdf/Arab_Reform_Initiative_en_invisibility-and-negrophobia-in-algeria_16784.pdf?ver=a9ca6129217018a7d18dcc8e0a005389
- Kubinec, R., Grewal, S. & Kilavuz, M., T. (2019). Algeria’s Uprising: A Survey of

- Protesters and the Military. *Foreign Policy at Brookings*. Retrieved from https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/07/FP_20190711_algeria.pdf
- Lebel, U. (2007). Civil Society versus Military Sovereignty Cultural, Political, and Operational Aspects. *Armed Forces & Society* 34(1):67–89. doi: 10.1353/jod.2007.0026.
- Levtzion, N., & Pouwels, L., R. (2000). *The History of Islam in Africa*. Ohio, Estados Unidos da América: Ohio Univeristy Press.
- Levy, S., J. (2008). Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference. *Conflict Management and Peace Science* 2007:1–18. doi: 10.1080/07388940701860318.
- Liverani, A. (2008). *Civil Society in Algeria*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Liverani, A. (2014). *Civil Society in a Weak State: The Political Functions of Associational Life in Algeria, 1987-2005*. (Doctoral dissertation, University of London). Retrieved from <http://etheses.lse.ac.uk/2724/1/U615673.pdf>
- Lorch, J., & Bunk, B. (2016). Gender Politics, Authoritarian Regime Resilience, and the Role of Civil Society in Algeria and Mozambique. *GIGA Working Papers* 292. doi: 10.2139/ssrn.2863764.
- Lorch, J., & Bunk, B. (2017). Using Civil Society as an Authoritarian Legitimation Strategy: Algeria and Mozambique in Comparative Perspective. *Democratization* 24(6):987–1005. doi: 10.1080/13510347.2016.1256285.
- Louden, R., S. (2015). Political Islamism in Tunisia: A History of Repression and a Complex for Potencial Change. *Journal of Islamic and Middle Eastern Multidisciplinary Studies: Mathal* 4(1). doi: 10.17077/2168-538x.1060.
- Luckham, R. (1994). The Military, Militarization and Democratization in Africa: A Survey of Literature and Issues. *African Studies Review* 37(2):13–75. doi: 10.2307/524766.
- Maamri, R., M. (2009). The Syndrome of the French Language in Algeria. *International Journal of Arts and Sciences* 3(3):77–89.
- Macey, D. (2006). A French Algeria. *Economy and Society* 25(4):543–59. doi: 10.1080/03085149600000028.
- Maddy-Weitzman, B. (2018). Algeria Revisited: History, Culture and Identity, Edited by Rabah Aissaoui and Claire Eldridge. *Mediterranean Historical Review* 33(1):125–28. doi: 10.1080/09518967.2018.1460100.
- Malisa, M., & Nhengeze, P. (2018). Pan-Africanism: A Quest for Liberation and the Pursuit of a United Africa. *Genealogy* 2(3):28. doi: 10.3390/genealogy2030028.
- Metz, C., H. (1993). *Algeria: A Country Study*. Claitor's. Retrieved from <https://www.worldcat.org/title/algeria-a-country-study/oclc/31434634>
- Mohmed, S. (2019). Popular Movement and Democratic Transition in Algeria: Opportunities and Challenges. *International Journal of African and Asian Studies* 58(Int. J. African Asian Stud.):100–108. doi: 10.7176/jaas/58-11.
- Mokhtar, A., Özkan B., Fair, C. C., Swami, P., Sakthivel, V., & Alaaldin, R. (2017). Current Trends In Islamist Ideology. Fradkin, H., Haqqani, H., Brown, E. (Eds.), (pp. 5-143).

- Mortimer, R. (1991). Islam and Multiparty Politics in Algeria. *The Middle East Journal* 45(4):575. Retrived from <https://www.jstor.org/stable/4328350?seq=1>
- Mortimer, R. (2006). Bouteflika: The President-Candidate. *The Journal of North African Studies* 10(1):91–109. doi: 10.1080/13629380500165568.
- Mortimer, R. (2006). State and Army in Algeria: The ‘Bouteflika Effect.’ *Journal of North African Studies* 11(2):155–71. doi: 10.1080/13629380600704837.
- Mortimer, A., R. (2015). Algerian Foreign Policy: From Revolution to National Interest. *Journal of North African Studies* 20(3):466–82. doi: 10.1080/13629387.2014.990961.
- Mozaffari, M. (2007). What Is Islamism? History and Definition of a Concept. *Totalitarian Movements and Political Religions* 8(1):17–33. doi: 10.1080/14690760601121622.
- Muedini, F. (2009). Algeria: Abdelaziz Bouteflika, Sufism, and Authoritarianism. *Islamic Africa*, 3(2), 201–226. doi: 10.5192/215409930302201
- Munson, H. (2000). Islamism and Nationalism. *General Issues*. Retrived from https://www.researchgate.net/publication/277151107_Islamism_and_Nationalism
- Naylor, C., P. (2000). *France and Algeria: A History of Decolonization and Transformation*. Florida, Estados Unidos da América: University Press of Florida
- Ndlovu-Gatsheni, J., S. (2013). *Coloniality of Power in Postcolonial Africa Myths of Decolonization*. Senegal: CODESRIA
- Northey, A., J. (2016). Associations and Democracy in Algeria. *Democratization* 24(2):1–20. doi: 10.1080/13510347.2016.1144590.
- Nunes, S., T. (2018). Pan-Africanismo e a Luta Anti-Colonial de Abdias Nascimento. *Revista de Ciências Sociais da UFPE*, 2(1), 222–226. Retrived from <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/viewFile/230722/NUNES>
- Nyadera, N., I., & Agwanda, B. (2019). Algeria’s Turbulent Path to Democracy: Missed Chances and The Fall of Abdelaziz Bouteflika. *International Journal of Politics and Security* 1(2):35–55.
- Oloruntoba, O., S. (2020). The Politics of Paternalism and Implications of Global Governance on Africa: A Critique of the Sustainable Development Goals. In *Pan Africanism, Regional Integration and Development in Africa* (pp. 165-179). doi: 10.1007/978-3-030-34296-8-9
- Ouassa, R., Pannewick, F. & Strohmaier, A. (2021). *Re-Configurations: Contextualising Transformation Processes and Lasting Crises in the Middle East and North Africa*. Basingstoke, Reino Unido: Springer Nature
- Ouédraogo, E. (2014). *Advancing Military Professionalism in Africa*. Retrived from <https://www.files.ethz.ch/isn/182084/ARP-6-EN.pdf>
- Perlmutter, A. (1980). The Comparative Analysis of Military Regimes: Formations, Aspirations, and Achievements. *World Politics*, 33(1), 96–120. doi: 10.2307/2010257
- Piano, A., & Puddington, A. (2004). Freedom in the World 2004. Retrived from https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2004_complete_book.pdf
- Piano, A., & Puddington, A. (2009). Freedom in the World 2009. Retrived from

<https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2009 complete book.pdf>

- Pinto, C., Jos, P. & Rapaz, C. (2018). Presidentes e (Semi) Presidencialismo Nas Democracias Contemporâneas. *Imprensa de Ciências Sociais*. Retrived from https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32422/1/ICS_ACPinto_Presidentes%20e%20%28Semi%29Presidencialismo_LIV_ORG.pdf
- Pinto, F. I., Campos, G., J., C., & Siqueira, C. (2018). Investigação Qualitativa: Perspectiva Geral e Importância Para as Ciências Da Nutrição. *Acta Portuguesa da Nutrição*, 14:30–34.
- Populaire, D., A., R. et. 2007. Code Electoral. Retrived from https://www.equalrightstrust.org/ertdocumentbank/code_electoral.pdf
- Porter, D., G. (2015). Algeria: Enter the Oligarchy. *Adelphi Series* 55(452):79–96. doi: 10.1080/19445571.2015.1114758.
- Rabaka, R. (2020). *Routledge Handbook of Counter-Narratives*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Roberts, H. (2007). The Algerian Bureaucracy. *Review of African Political Economy* 9(24):39–54. doi: 10.1080/03056248208703498.
- Roberts, H. (2014). *Berber Government: The Kabyle Polity in Pre-Colonial Algeria*. Londres, Reino Unido: Bloomsbury.
- Robinson, C. (2017). How Might Democratisation Affect Military Professionalism in Africa? Reviewing the Literature. *Small Wars and Insurgencies* 28(2):385–400. doi: 10.1080/09592318.2017.1288404.
- Rotberg, I., R. (2003). Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators. In Robert Rotberg (Ed.), *State Failure and State Weakness in a Time of Terror* (pp. 1-26).
- Rukavishnikov, O., V., & Pugh, M. (2006). Civil-Military Relations. *Handbook of the Sociology of the Military* (pp. 131-149). doi: 10. 1007/0-387-34576-0-8
- Rüland, J., Born, H., & Manca, M-G. (2012). *The Politics of Military Reform*. Berlim, Alemanha: Springer.
- Sadiki, L. (2020). *Routledge Handbook of Middle East Politics*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Salih, M., A., M. (2009). *Interpreting Islamic Political Parties*. Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Sela, A. (2007). Civil Society, the the Military, and National Security: The Case of Israel's Security Zone in South Lebanon. *Israel Studies* 12(1):53–78. Retrived from <https://www.jstor.org/stable/30245807?seq=1>
- Shahin, E., E. (2003). The Foreign Policy of the Islamic Salvation Front in Algeria. *Islam and Christian-Muslim Relations* 14(2):121–43. doi: 10.1080/0959641032000057306A.
- Shillington, K. (2005). *Encyclopedia of African History 3-Volume Set*. Londres, Reino Unido: Routledge.

- Shokri, M. (2017). What Is Political Power? (Theory of Political Consciousness and Integrated Concept of Power). *Arts and Social Sciences Journal* 08(03). doi: 10.4172/2151-6200.1000269.
- Sonderegger, A. (2020). Ideas Matter: Framing Pan-Africanism, Its Concept and History. *Vienna Journal of African Studies*, 20(38), 5–31. doi: 10.25365/phaidra.133.
- Shuval, T. (2000). The Ottoman Algerian Elite and Its Ideology. *International Journal of Middle East Studies* 32(3):323–44. doi: 10.1017/S0020743800021127
- Silva, D., J., A., A. (2014). Angola: Dinâmicas Internas e Externas Na Luta de Libertação (1961-1975). (Doctoral dissertation, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Retrived from <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5958>
- Smith, M., W., A. & Jeppesen, C. (2018). *Britain, France and the Decolonization of Africa*. Londres, Reino Unido: UCL Press.
- Šorm, V. (2020). Current Protests in Algeria. (Mather's thesis, Charles University). Retrived from <https://dspace.cuni.cz/handle/20.500.11956/123437>
- Sour, L. (2016). Understanding Political Islam in Algeria. Experiences, Past and Present. *Romanian Political Science Review* 16(1):121–37. Retrived from <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=616335>
- Sour, L. (2018). Islamic Insurgency in Algeria: An Operational Causal Analysis. *Revista UNISCI* 2018(47):9–28. doi: 10.31439/UNISCI-1.
- Stewart, I. (2013). Algeria: France's Undeclared War. *European Review of History: Revue Européenne d'histoire* 20(5):930–31. doi: 10.1080/13507486.2013.832887.
- Szmolka, I. (2006). The Algerian Presidential Elections of 2004: An Analysis of Power Relationships in the Political System. *Mediterranean Politics* 11(1, 39–57):38–57. doi: 10.1080/13629390500490395.
- Takeyh, R. (2003). Islamism in Algeria: A Struggle between Hope and Agony. *Middle East Policy*, 10(2), 62-75. doi: 10.1111/1475-496.00106
- Transparency International. (2021). Our Organisation. Retrived from <https://www.transparency.org/en/the-organisation>
- Transparency International Corruption Index 2012. (2012). Corruption Perceptions Index 2012: An updated methodology. Retrived from https://www.transparency.org/files/content/pressrelease/2012_CPIUpdatedMethodology_EMBARGO_EN.pdf
- Transparency International. (2021). Corruption Perceptions Index 2004. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2004>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2012. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2012/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2013. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2013/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2014. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2014/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2015. Retrived from

- <https://www.transparency.org/en/cpi/2015/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2016. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2016/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2017. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2017/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2018. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2018/index/dza>
- Transparency Internacional. (2021). Corruption Perception Index 2019. Retrived from <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/index/dza>
- Tellis, J., A., Bially, J., Layne, C., & McPherson, M. (2000). Measuring Military Capability. *Measuring National Power in the Postindustrial Age*. Retrived from https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1110z1.html
- Terranova, B. (2011). Algeria: The Obstacles to Democracy. *E-Internacional Relations*. Retrived from <https://www.e-ir.info/pdf/12285>
- Thieux, L. (2020). Algeria in 2020: A Weakened Power Facing a Multidimensional Crisis. *Geographical Overview*. Retrived from https://www.iemed.org/observatori/arees-danalisi/arxius-adjunts/anuari/med.2020/Algeria_power_crisis_multidimensional Laurence Thieux IEMed YearBook2020.pdf
- Tlemçani, R. (2008). *Algeria under Bouteflika Civil Strife and National Reconciliation*. *Carneige Papers*, 7, 1-17. Retrived from https://carnegieendowment.org/files/cmec7_tlemcani_algeria_final.pdf
- Tlemçani, R. (2017). *The Purge of Powerful Algerian Generals: Civil-Military Reform or Presidential Power Grab?* Retrived from https://studies.aljazeera.net/sites/default/files/articles/reports/documents/4ceadb008234cff9f6f5bc570960eba_100.pdf
- Tulga, Y., A. (2020). Multiculturalism, Nation-State and Berber Movement in Algeria. *International Journal of Social and Humanities Sciences*, 4(3):93–106.
- Turshen, M. (2004). Militarism and Islamism in Algeria. *Journal of Asian and African Studies* 39(1–2):119–32. doi: 10.1177/0021909604048254.
- Vaz, M., N. (2001). A Profissão Militar Um Modelo à Procura de Sustentação. *Nação e Defesa*, 98(2): 49-72.
- Volpi, F. (2000). Democracy in Algeria: Continuity and Change in the Organisation of Political Representation. *Journal of North African Studies* 5(2):25–40. doi: 10.1080/13629380008718396.
- Volpi, F. (2020). Algeria: When Elections Hurt Democracy. *Journal of Democracy* 31(2):152–65. doi: 10.1353/jod.2020.0028.
- Wallace, J. (2013). Cities, Redistribution, and Authoritarian Regime Survival. *Journal of Politics* 75(3):632–45. doi: 10.1017/S0022381613000340.
- Welz, M. (2021). *Africa since Decolonization The History and Politics of a Diverse Continent*. Cambrigde, Reino Unido: Cambrigde University Press.

- Werenfels, I. (2007). *Managing Instability in Algeria: Elites and Political Change since 1995*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Werenfels, I. (2013). An equilibrium of instability: dynamics and reproduction mechanisms of algeria's political system. *How Languages Are Learned*, 12(1):27–40. doi: 10.3917/come.071.0179
- Werenfels, I. (2010). Who Is in Charge? Algerian Power Structures and Their Resilience to Change. *Ceri-Sciences*. Retrived from https://www.sciencespo.fr/ceri/sites/sciencespo.fr/ceri/files/art_iw.pdf
- Winter, M., L. (13AD). A Concepção de Estado e de Poder Político Em Maquiavel. *Tempo Da Ciência* 25(2006):117–28. doi: 10.48075/rtc.v13i25.1532
- Wolf, A. (2019). The Myth of Stability in Algeria. *The Journal of North African Studies* 24(5):707–12. doi: 10.1080/13629387.2019.1647899.
- Yom, L., S. (2005). Civil Society Democratization in the Arab World. *Middle East Review of International Affairs* 9(4):14–33. Retrived from https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/meria_dec05/Yom.pdf
- Zeraoui, Z. (2012). Algeria: Revolution, Army and Political Power. *Language and Intercultural Communication* 12(2):133–45. doi: 10.1080/14708477.2012.671608.
- Zoubir, H., Y. (2020). *The Politics of Algeria Domestic Issues and International Relations*. Londres, Reino Unido: Routledge.